



Assembleia Municipal de Caminha

ATA Nº 22/13-17

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

2017/01/06

Aos seis dias do mês de janeiro de dois mil e dezassete, no Edifício do Teatro Valadares, reuniu a Assembleia Municipal de Caminha

Às 21H20M, o **Presidente, Luís Augusto Pestana Mourão**, abriu a Sessão saudando todos os presentes.

De seguida o **Senhor Presidente da Mesa**, disse que lhe foi apresentada uma proposta à mesa por parte do Partido Socialista para composição da mesa, pela ausência do primeiro secretário, que de seguida a leu:

“Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha Eng.º Luís Mourão

A Bancada do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Caminha vem, nos termos legais e regimentais, propor em substituição do 1.º Secretário dessa mesa, o Deputado José Gaspar Pereira.

Assim, propõe esta Bancada que, a Assembleia delibere no sentido de incumbir o Deputado José Gaspar Pereira de co secretariar a presente sessão extraordinária.”

De seguida o **Senhor Presidente da Mesa** propôs a proposta apresentada pelo Partido Socialista para aceitação da mesma ao plenário, que após essa aceitação será votada secretamente.

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, fez uma interpelação à mesa, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, Público em geral e Comunicação Social e disse que a dúvida, tem a ver com a composição da mesa, que segundo o art.º 4 do Regimento, fala de facto em completar a mesa, mas, na ausência da maioria dos



Assembleia Municipal de Caminha

membros, e como estão dois membros, logo, a maioria não está ausente, pelo que poderá funcionar com dois membros.

O **Senhor Presidente da Mesa**, disse que seria mais elegante funcionar com os três membros, apesar de não ser obrigatório.

O **Senhor Deputado Rui Taxa**, fez uma interpelação à mesa e disse que subscrevem inteiramente a posição tomada pelo Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro, porque o Regimento, assim o refere, mas, por uma questão de elegância já que o Senhor Presidente tanto o deseja, que assim seja.

De seguida o **Senhor Presidente da Mesa** colocou a votação a aceitação da proposta, a qual, foi aprovada por unanimidade.

Após a aceitação da proposta, colocou para votação secreta a aceitação do Senhor Deputado José Gaspar Pereira de co secretariar a presente sessão extraordinária, a qual foi aprovada a aceitação por 25 votos a favor, 7 votos em branco e 3 votos não.

Logo de imediato a Senhora Segunda Secretária, Sónia Lajoso, leu as Substituições:

Foi entregue ao Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em cumprimento do disposto no n.º 2, do artigo 47º e do n.º 1, do artigo 51º, do Regimento deste Órgão, a comunicação de impossibilidade de presença e respetivo pedido de substituição, do Senhor(a) Deputado(a):

- Flamiano Gonçalves Martins, Vereador eleito pelo Partido Social Democrata, não esteve presente, cuja falta foi justificada.
- Vanda Maria Cunha Pêgo, Vereadora eleita pelo Partido Social Democrata, não esteve presente, cuja falta foi justificada.
- Manuel Carlos Falcão Gonçalves, eleito pelo Partido Socialista, substituído por Ana Isabel Viana Maciel Cordeiro.



Fi
A

Assembleia Municipal de Caminha

R

- João Alberto M.C. Felgueiras da Silva, eleito pelo Partido Socialista, substituído por João Alberto Nicolau Martins Correia.
- Vitor José Brás Rocha, eleito pelo Partido Socialista, substituído por Henrique Norberto Dantas.
- Liliana Ferreira Gonçalves Gomes, eleita pelo Partido Social Democrata, substituída por Clemente Pires.
- Jorge Paulo Alves, eleito pela Coligação Democrática Unitária, substituído por Joaquim Celestino Ribeiro.

Estavam presentes os elementos do PS, CDU, PSD e independentes, num total de 35 elementos.

O **Senhor Presidente da Mesa**, leu a Ordem de Trabalhos, que a seguir se transcreve:

1º - Período de Intervenção do Público.

2º - Período da Ordem do Dia:

- a) –Aprovação da Proposta de Revisão do Plano Diretor Municipal de Caminha (PDM);

1.º - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O **Senhor António Fernando Miranda**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, Público em geral e Comunicação Social e disse o seguinte:

“Decidi vir hoje pela primeira vez intervir nesta assembleia de modo a questionar o senhor presidente sobre a forma como foi tratado um processo de dois loteamentos (e isto relacionado com a revisão do PDM) que deram entrada nos serviços camarários em fins de abril de 2016.



7.4

Assembleia Municipal de Caminha

8

A localização dos dois loteamentos encaixa num terreno que sou coproprietário, no sítio da Boucinha em Vilarelho, terreno esse que no anterior PDM estava classificado como HT (construção de carácter turístico índice 03).

Logo que surgiram os primeiros esboços do PDM fui alertado pelo Senhor Presidente da União de Freguesias de Caminha e Vilarelho, para o facto do referido terreno passar a ser Reserva Ecológica Nacional, estupefacto perguntei ao Senhor Presidente da Junta, o que teria de fazer para alterar em devido tempo a nova classificação do terreno, ao que me respondeu o Senhor Presidente que aguardasse pois ele iria tentar resolver o problema. Entretanto pedi para ser recebido pela Sra. Arquiteta Maria de Lurdes, que simpaticamente me foi dizendo que o cenário era o mais desfavorável possível.

Primeira Pergunta: Que faria o Senhor Presidente numa situação destas?

O passo seguinte foi falar novamente com o Senhor Presidente de Junta a solicitar-lhe uma reunião com os responsáveis máximos da revisão do PDM. Solícito o Senhor Presidente da Junta agendou uma reunião com o Senhor Vereador Guilherme Lagido, discordei do Senhor Presidente da Junta, pois só vi interesse em reunir não só com o Senhor Vereador como também com o Senhor Presidente da Camara. Coincidiram estas démarches com a campanha eleitoral das legislativas em que o Senhor Presidente da Camara se encontrava empenhado. Três semanas após as eleições houve a dita reunião na Camara com a presença, além da minha pessoa, do Senhor Presidente da Camara, do Senhor Vereador e do Senhor Presidente da Junta. Para solução do problema fui incentivado nessa reunião para apresentar um projeto de loteamento que teria de ser apreciado e aprovado à luz do anterior PDM antes da entrada em discussão pública que estaria previsto para fins de Junho, dando o Senhor Presidente da Camara garantia que se fosse necessário dilataria essa data em 2 ou 3 semanas de modo a que desse tempo à apreciação e aprovação, atendendo a um antecedente de cedências de parte do terreno gratuitamente para implementação de um arruamento público.

Segunda Pergunta: Que faria o Senhor Presidente no meu lugar?



7

Assembleia Municipal de Caminha

Como pessoa de bem e confiando na boa fé dos intervenientes avancei para o projeto dando instruções para que fossem respeitados escrupulosamente todos os tipos de condicionamento que a construção de carácter turístico implica, índices e a predominância característica da mesma.

Deram entrada os processos de loteamento perto de final de abril. Para conhecimento desta Assembleia os números atribuídos aos processos foram 1/2016 e 2/2016.

Desde a entrada dos processos até à discussão pública do PDM só recebi uma comunicação pedindo (isto passado cerca de 3 semanas) mais um processo em forma de papel e um em suporte informático além do pedido de trocar os projetos de especialidades que teriam sido entregues com os números invertidos.

Em virtude de não me ter sido comunicado o que quer que fosse sobre o processo, e prevendo já o pior decidi fazer uma reclamação da decisão em tornar aqueles 22.500 m² em reserva ecológica.

Abordei novamente o Senhor Presidente de Junta e solicitei que a junta declarasse (para juntar à reclamação) o interesse que os projetos apresentados fossem considerados de fundamental importância para a freguesia e para os promotores.

A resposta a essa reclamação foi desfavorável.

Permita-me Senhor Presidente que partilhe e comente o que está escrito na ficha de ponderação dessa reclamação:

1.º Parágrafo:

Chama a tenção de uma linha de água dentro do terreno, situação que o Senhor Vereador já tinha perguntado se existia ao que respondi perentoriamente que não!

Para que esta assembleia tenha conhecimento, o terreno é delimitado em todo o seu perímetro com muro em pedra, ora nesse muro não há abertura nem aquedutos. E, precisamente, na parte mais elevada do terreno onde virtualmente essa linha de água existia, o terreno exterior (antigo caminho de servidão) está a uma quota inferior. Enfim.... Técnicos de gabinete, que confundem confluência de curvas de nível com linhas de água. Dizia um mestre de construção civil que muito me ensinou, que patas de burro em grandes alturas parecem molduras.

7



7. *

Assembleia Municipal de Caminha

8

Terceira Pergunta: São estes técnicos que fazem uma revisão de PDM?

Não resisto Senhor Presidente a comentar algumas reclamações de proprietários de terrenos que foram classificados de interesse silvícola, reclamações essas que foram aceites justificando essa aceitação com o facto de desconhcerem que esses terrenos confrontavam com arruamento público; arruamentos que existem há dezenas de anos.

Invoca-se os projetos que não foram aprovados, e sabe-se porquê!! E com isto critica-se indiretamente a junta, pois foi ela na sua declaração que fez menção aos projetos apresentados. No mesmo parágrafo está escrito que o terreno é marginal e que está totalmente em REN e a ocupação atual é florestal.

Quarta Pergunta: Se é marginal presume-se que está afastado do aglomerado urbano?

2.º Parágrafo:

Confirma-se que quase contiguo ao meu terreno existe um loteamento aprovado numero 30/07 e com alvará 1/13

Quinta Pergunta: Será que a Camara entende que um terreno é marginal e o deste loteamento já não o é? Será que a Camara vê com interesse que haja uma ilha naquele espaço dito florestal?

Sexta Pergunta: Não seria mais sensato e honesto terem-me poupado a mais despesas se sabiam de antemão que o processo não iria sequer ser apreciado, mesmo que tivessem tido mais 3 meses para o fazer além do que estava inicialmente previsto?

Sétima Pergunta: Se os critérios passaram por reduzir as áreas construtivas o porquê de em todo o concelho serem alteradas as classificações de terrenos em RAN e natural para terrenos com capacidade construtiva e alguns com índices elevados?

Em jeito de desabafo, direi que nada tenho contra a que as pessoas fiquem com os terrenos valorizados, mas comigo passa-se precisamente o contrário. E permita-me Senhor Presidente que lhe diga que até em termos nacionais a aposta é em



7. ✓

8

Assembleia Municipal de Caminha

turismo (sector emergente da economia), desporto de lazer, privilegiando paisagens de mar e montanha.

Retirar do PDM áreas contempladas para esse fim é, para mim, um atentado lesa património à economia do concelho.

Oitava Pergunta: É com decisões destas que o Senhor Presidente quer ganhar a confiança dos investidores? O que é para o Senhor Presidente direitos adquiridos? Se o senhor fosse investidor compraria em Caminha terrenos para construção, sabendo que de um momento para o outro ficava com terreno com interesse para agricultura ou florestal e a valer ZERO?

Pela minha parte Senhor Presidente, a partir de agora, nunca irei incentivar ou entusiasmar os meus filhos, os meus familiares e os meus amigos a comprarem em Caminha.

Tome consciência Senhor Presidente que o que acabaram de desvalorizar foi fruto de décadas de trabalho honesto, sem atropelos nem indignidades, e neste momento, permita que lhe diga, sinto-me indignado, revoltado e ENOJADO.

Entenda Senhor Presidente que para mim a palavra vale mais que tudo e compreenda que não suporte a deslealdade e a maldade.

Termino desejando a todas as pessoas de bem um bom 2017.”

A **Senhora Ana Patrícia Moreira**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes da Junta, ilustres Múncipes e Comunicação Social, e disse o seguinte:

“Inscrevi-me para intervir nesta assembleia municipal extraordinária em que o principal ponto é a Proposta de Revisão do Plano Diretor Municipal de Caminha (PDM), como técnica e na sequência de uma reunião de atendimento que tive com o arquiteto da autarquia no âmbito de um processo de licenciamento que foi apresentado, ao qual me transmitiu que o processo neste momento está suspenso uma vez que o PDM ainda está em fase de revisão. Desta reunião e numa 1.ª análise do processo foi sugerido fazer algumas retificações, nomeadamente com o



Assembleia Municipal de Caminha

quadro sinótico no campo do índice de construção. Foi-me informado que para o cálculo do índice de construção seria contabilizada toda a área de construção existente na propriedade, nomeadamente que as caves iriam ser contabilizadas para os índices de construção.

Com esta indicação, saí da reunião com bastante preocupação.

Se esta revisão do PDM for para a frente, e uma vez que tenho conhecimento deste PDM pois analisei as plantas do mesmo, e com a redução dos índices de construção nas freguesias irá de certeza inviabilizar muitos licenciamentos, quer sejam novos, quer sejam legalizações, como fixar pessoas no Concelho.

Senhor° Presidente Dr.° Miguel Alves e Senhor° Vereador Eng.° Guilherme Lagido, se for verdade a contabilização das áreas de caves (em que estejam enterradas mais de 60%), para o cálculo do índice de construção será muito prejudicial para o Concelho.

Aos presidentes de Junta de Freguesia que conhecem as vossas freguesias e que tem conhecimento das novas plantas de PDM, nomeadamente quanto às novas áreas urbanas e áreas rústicas, podem até não se aperceberem, e concordarem que 30% de índice de construção para áreas urbanas do Tipo 2 seja suficiente, mas tal pode ser prejudicial para quem tem terrenos ou propriedades com áreas inferiores a 700m² e quem tenha propriedades em locais com declives, bem como proprietários que tenham terrenos em áreas rústicas em que o índice de edificabilidade seja de 15%.

Exemplo:

Considerando os 700m², de área de terreno, para um índice construção de 30%, só é permitido construir 210m² de área de construção. Podem achar uma área razoável de construção, mas não o é. Se tivermos uma área privativa (habitação) com 160m² e uma área dependente (anexos, garagens, caves) com 50m², cumprimos com o índice estabelecido. Mas para os proprietários destes terrenos pode ser insuficiente.

Por isso afirmo que este PDM não é benéfico para o Concelho de Caminha.”



Handwritten blue ink marks, including a checkmark and a signature-like scribble.

Assembleia Municipal de Caminha

A **Senhora Deputada Júlia Paula**, fez uma interpelação à mesa, e perguntou ao Senhor Presidente da Mesa se não dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, como de costume.

O **Senhor Presidente da Mesa**, disse que não era obrigatório, conforme o Regimento.

2.º – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

a) – Aprovação da Proposta de Revisão do Plano Diretor Municipal de Caminha (PDM)

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de vinte e um de dezembro de dois mil e dezasseis, relativa à “**Aprovação da Proposta de Revisão do Plano Diretor Municipal (PDM)**”; conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea h) do n.º1 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal aprovar os planos e demais instrumentos estratégicos necessários à prossecução das atribuições do município, **propõe-se** que este órgão deliberativo aprove a proposta de “Revisão do Plano Diretor Municipal de Caminha (PDM)”.

O **Senhor Deputado José Luis de Lima**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes da Junta, ilustres Múncipes e Comunicação Social, e disse o seguinte:

“Meus caros,

O cenário do PDM, que hoje estamos a discutir e votar, faz-me lembrar a discussão sobre o atual mapa administrativo das freguesias, onde cada um defendeu aquilo



Handwritten blue ink marks, including a stylized 'Z' and a signature-like flourish.

Assembleia Municipal de Caminha

que seria o melhor para a sua freguesia e para o nosso concelho. Foi o exemplo recente de que é possível, independentemente da cor política ou vontade própria, lutar lado a lado para o bem de todos.

Todos nós, membros desta assembleia, estamos aqui para representar a vontade de todo um concelho que, através do seu voto, depositou em nós a confiança para defender os seus interesses, as suas necessidades, os seus direitos.

Temos o dever, pelo menos moral, de jamais colocar a nossa vontade, quer ela seja política ou pessoal, acima da defesa dos munícipes.

Não podemos culpar os outros, quando cabe a nós decidir.

Não podemos atirar a pedra, e esconder a mão.

Não podemos assobiar para o lado, e fingir que nada se passa.

Não podemos esconder a cabeça na areia. Assim, todos os que nos seguem em casa via internet e todos os presentes nesta sala, serão hoje testemunhas de que eu, José Luís de Lima, não concordo com esta proposta de PDM, imposta pelo executivo liderado pelo Dr. Miguel Alves. Consciente de que estou a fazer o que é melhor para todos, como munícipe, como ex-presidente de junta, como membro desta assembleia, no pleno direito e legitimidade que me foi concedida pelos caminhenses, humildemente, de uma forma isenta e totalmente apartidária, vou votar contra esta proposta.”

O Senhor Presidente da Junta de Vila Praia de Âncora, Carlos Castro, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes da Junta, ilustres Munícipes e Comunicação Social, e disse o seguinte:

“Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, permite-me que possa cumprimentar em seu nome todos os presentes nesta Assembleia, assim como todas as pessoas que nos estão a acompanhar em suas casas via Internet. Esta minha intervenção é para dar a conhecer a esta Assembleia, um ofício, com o número 156/2016, que a Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora enviou para a Câmara Municipal de Caminha, a 11/10/2016, a demonstrar a nossa preocupação sobre a proposta da



f' d
e

Assembleia Municipal de Caminha

revisão do Plano Diretor Municipal, ou seja, o PDM. Nesse ofício elencamos as nossas reclamações, assim como sugerimos algumas correções a questões que irão, sem dúvida, prejudicar não só a Freguesia, mas também muitos Ancorenses, se for aprovada nesta Assembleia esta revisão ao PDM. Senhor Presidente, Dr. Miguel Alves, este PDM, sem dúvida alguma, vai ser responsável pela estagnação do crescimento urbanístico, do Turismo, da fixação de pessoas, do fomento da criação de emprego, do desenvolvimento do nosso comércio local e consequentemente vai pôr Vila Praia de Âncora e os Ancorenses mais pobres. Esta proposta de revisão ao PDM não está do lado da população e da freguesia mais populosa do concelho, é um PDM que rouba as famílias, que tira os sonhos a imensos Ancorenses. Foram muitos os espaços do PDM ainda em vigor que sofreram alterações, passando de zonas de construção para zonas Verdes, zonas Florestais, Agrícolas e Solo Rústico, este último com um índice de construção extremamente baixo.

Noutros casos o índice de construção passa de 0/80 para 0/50 chegando, em muitos casos, a baixar para 0/30.

Vou demonstrar a veracidade desta minha intervenção com provas reais em como esta proposta é negativa para muitos Ancorenses e para a Freguesia a que presido.

As imagens que estão a ver são dos documentos de uma operação de loteamento que o proprietário de um terreno decidiu efetuar em 2007, tendo apresentado um projeto para tal, a que correspondeu o n.º de Processo 18/07, e que mereceu aprovação desta Câmara Municipal por deliberação de 27/07/2009. Posteriormente, apresentou os projetos das obras de urbanização, pelo que, em 2013, ficou em condições de ser emitido o alvará de loteamento.

Por razões económicas, não procedeu ao levantamento do alvará pelo que o processo, entretanto, caducou.

Em toda esta operação já foi gastos mais de 70,000,00€ (setenta mil euros). A 29/11/2016, o lesado deu entrada no GAM de uma exposição remetida para a comissão técnica do PDM para análise, exposição essa que entrou fora do prazo



Assembleia Municipal de Caminha

devido, como constava na mesma, a um problema de saúde que o reclamante teve no período referente à Discussão Pública.

Não posso deixar de informar esta Assembleia que este Ancorense tem 93 anos de idade, idade essa que não foi tomada em conta, assim como todo o desgaste da vida que esse ser humano carrega.

Como estão a ver, este terreno não passa de um enorme matagal numa das entradas para a nossa vila.

Senhor Presidente, era neste local que seria construído este magnífico empreendimento, se não fosse a redução do índice construtivo de 0/80 para 0/30 como prevê esta proposta de revisão ao PDM.

Senhor Presidente, tenho conhecimento que um investidor ofereceu 400.00,00€ (quatrocentos mil euros) pelo terreno caso fosse possível a construção desta grandiosa obra que estamos a ver.

Senhor Presidente da Assembleia, permita-me ler um pequeno extrato da reclamação apresentada na Câmara por este Ancorense. "Confesso que nunca nos passou pela cabeça, a mim e à minha família, que o novo PDM pudesse modificar a capacidade construtiva do terreno, o conhecimento desta triste notícia deixou-nos em estado de choque.

Com o negócio que estava em curso, pensava que iria ter uma velhice sem preocupações e com qualidade de vida. Tenho esperança que se trate de um lapso ou mal-entendido e que o bom senso dos decisores e técnicos municipais, logo que se apercebam, se encarreguem de corrigir e fazer Justiça, evitando graves prejuízos para a nossa família." Senhor Presidente, esta obra é importantíssima para Vila Praia de Âncora, não só pela beleza paisagística que iríamos ter numa das entradas da nossa Vila, mas, também, porque é importante para a nossa economia, para a criação de emprego e para a fixação de pessoas.

É importante para a nossa economia porque as empresas que vendem materiais de construção civil, não só as de Vila Praia de Âncora, mas também as do nosso concelho, vão perder uma grande oportunidade de melhorarem as suas vendas. Na área da restauração, perde-se de serem servidas centenas de refeições aos



f. ✓
§

Assembleia Municipal de Caminha

prováveis trabalhadores que estariam a trabalhar na construção deste empreendimento. Na criação de emprego, é trabalho que se perde na construção destas 24 moradias e de todas as infraestruturas que este loteamento requer.

Senhor Presidente, este empreendimento, pela sua qualidade e beleza, iria ser uma mais-valia para a Freguesia, atrairia novos habitantes o que se iria refletir em todo o comércio local.

Senhor Presidente, este é apenas um entre muitos outros exemplos que eu podia referir.

Senhor Presidente:

A Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora também vai sair muito lesada com esta revisão ao PDM, caso ela seja aprovada nesta Assembleia.

E é muito fácil de entender o porquê! A minha junta tem um terreno com uma área de 3000 m², confinante com as ruas Professora Maria Portela, Rua Carlos Portela e Rua Ferreira de Castro, classificado no PDM de 1995 —Espaço Urbano de Alta Densidade, com o índice de ocupação do solo de 0,80.

Classificado na proposta de revisão do PDM:

Espaço Urbano de Baixa Densidade, índice de utilização — 0,50m²

Número de pisos 2.

Moradias unifamiliares, geminadas ou em banda (máx.4).

Senhor Presidente, esta decisão, sem critério entendível por parte do Executivo da Junta, é gravemente lesiva para o Património da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, que vê o seu terreno muito desvalorizado. Nem nas suas piores previsões, pensou esta Junta que a classificação do terreno viesse também a ser alterada. Com a agravante do referido terreno confrontar com três ruas, tendo em conta as futuras cedências ao domínio público e mais ainda a redução do índice construtivo que está previsto, pergunto se esta proposta é ou não lesiva para a nossa Freguesia e para os Ancorenses.

Senhor Presidente explique-me como vamos atrair investidores e ter um desenvolvimento sustentável com as medidas que contém esta proposta de revisão ao PDM. Para terminar, dirijo as minhas últimas palavras aos membros desta



f

✓

£

Assembleia Municipal de Caminha

Assembleia, principalmente aqueles que foram eleitos pelos Ancorenses e residentes em Vila Praia de Âncora, é vossa a responsabilidade de defenderem os interesses de quem vos elegeu e da respetiva freguesia. Senhoras e Senhores Deputados, foi minha obrigação fazer esta intervenção para dar a conhecer como esta proposta de revisão ao PDM é prejudicial para os Ancorenses e para a nossa Freguesia, cabe agora a Vossas Excelências escolherem se estão ao lado dos Ancorenses e da vossa amada terra, ou se estão presos e submissos aos interesses políticos ou partidários.”

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Seixas, Rui Ramalhosa, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes da Junta, ilustres Munícipes e Comunicação Social, e disse o seguinte: “Estou aqui, hoje, como Presidente da Junta de Freguesia de Seixas, a fazer parte desta Assembleia Municipal para votar a revisão do atual PDM (Plano Diretor Municipal) do nosso concelho de Caminha, que vigora desde 1995.

Congratulo-me pelo desenrolar do processo que existiu entre a Câmara Municipal e a Junta de Seixas, a que presido.

Numa primeira proposta, foram-nos mostradas as alterações em sede de REN, RAN e RF, nunca esquecendo que Seixas está inserida, também, na Rede Natura 2000.

Fizemos o nosso trabalho de casa, disponibilizando a toda a população de Seixas essas alterações e os efeitos que irão ter.

Depois de ouvir grande parte dos interessados, ou por bem dizer de quem se interessou pela proposta de revisão do PDM atual, elaboramos um ofício e uma relação de 25 propostas de alteração a esta primeira sugestão de PDM.

Praticamente tocamos todo o perímetro da freguesia. Desde Fornelos com confrontações com Lanhelas e Vilar de Mouros, à Marginal e Zona Ribeirinha, à Zona de periferia florestal e também, com maior ou menor dificuldade na zona rural da Cabreira, Gaiosa, Feital e Coura.



Handwritten signatures in blue ink, including a large stylized 'F', a star-like symbol, and a signature that appears to be 'E'.

Assembleia Municipal de Caminha

Foram atendidas cerca de 85% das nossas sugestões, sendo incluídas nas zonas rurais, florestais e urbanas.

Foi-nos apresentada uma segunda proposta para ser, novamente, apresentada aos Seixenses. Assim foi feita e discutimos as divergências com quem nos abordou.

Deu origem a cerca de 20 reclamações na freguesia de Seixas, tendo sido atendidas cerca de 40% das mesmas e rejeitadas cerca de 60%, estando centradas na média das reclamações da freguesia do concelho.

Nas reclamações acompanhamos munícipes de Seixas a apresentar as suas queixas e vontades ao Sr. Vice-Presidente e sua equipa.

Não podemos dizer que estamos satisfeitos com estes resultados, porque, no nosso entender, basta haver 1 (um) munícipe descontente para também o estarmos.

Mas temos que ter em atenção que, com a apresentação desta proposta de revisão ao atual PDM, na globalidade, podemos afirmar que este novo PDM é a melhor opção, neste momento, para nossa freguesia de Seixas e para o Município de Caminha.

Temos que levar em consideração que as reclamações não atendidas podem ser atendidas na análise que tem que ser feita nos próximos 2 (dois) anos ou nas alterações a ser propostas nos 3 (três) anos futuros.

Estaremos atentos e presentes, na próxima revisão do PDM porque se poderão apresentar, desde que devidamente justificados, pedidos de alteração de solo rústico para solo urbano.

Os proprietários poderão apresentar UOPG (Unidades Operativas de Planeamento e Gestão) que melhorarão o planeamento das freguesias, desde que devidamente fundamentadas e apoiadas em projetos reais.

Posto isto e, porque esta revisão do PDM nos leva a olhar para o futuro de cabeça bem erguida e, porque será melhor para a freguesia de Seixas, na globalidade, votaremos a favor desta proposta de revisão do PDM.”



Handwritten blue ink marks, including a large '7' and a signature.

Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Âncora, António Brás**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes da Junta, ilustres Munícipes e Comunicação Social, e disse o seguinte:

“Antes demais pretendo reconhecer a coragem deste executivo ao apresentar este documento de importância vital nesta fase e em tempo recorde.

Este documento pelo que por si só representa, é delicado e pode assumir-se como um elemento gerador de controvérsias.

Se não o fosse provavelmente teria sido apresentado antes, em tempo que cumprisse os prazos periódicos de revisão a que está sujeito e se revela pertinente. É do conhecimento geral que um Plano Diretor Municipal define-se como um fator pendular no desenvolvimento ou na estagnação das regiões, assim contemple ou não os mecanismos que potenciem as reais e específicas capacidades das localidades.

Não menos do conhecimento geral é a inexistência de dinâmicas que radiquem as populações às suas terras e as impeça de partir para os centros urbanos de maior densidade e até mesmo para o estrangeiro fragilizando as comunidades.

Sendo esta uma matéria que o PDM deveria acautelar.

Entendo que uma terra que não alimenta os seus filhos, comporta-se como uma mãe que literalmente os abandona.

Convicta do seu potencial, Âncora quer alimentar os seus filhos. Nem que para tal, haja a necessidade de contestar as regras que nos são impostas pelo centralismo do estado e que julgo, condicionam as iniciativas de progresso.

O estado delega competências em organismos que transversalmente e sem conhecimento das realidades individuais volta a utilizar o já conhecido método da “Régua e Esquadro”, (aqui já referenciado) que fomenta as divisões das comunidades e inclusive contraria deliberadamente a regra que à luz da própria Lei daria privilegio às vias infraestruturadas de assumirem a categoria de solo urbano criando hegemonia urbanas e dinâmicas valorização comunitárias.



Handwritten blue ink marks, including a large '7' and a signature.

Assembleia Municipal de Caminha

Perante diversas discordâncias sobre o documento, a Âncora, como única medida de salváguarda, resta a esperança de otimização numa pretensa Unidade Operativa de Planeamento e Gestão, prevista para uma área de primordial interesse da Freguesia, que embora, não seja à data, uma certeza de equilíbrio entre os diferentes interesses de desenvolvimento, pode e deve ser um fator compensatório de outras penalizações que a CCDR nos impõe.

Senhor Presidente, senhor Vice Presidente, senhores Vereadores, O compromisso da elaboração imediata do plano de pormenor desta UOPG, desfazendo as dúvidas dela emergentes, foi assumido comigo pelo digníssimo executivo desta Câmara, no qual, quero mais uma vez confiar inteiramente, aliás classifico-o como uma obrigação perante eu próprio e sobretudo perante os Ancorenses que aqui tenho a responsabilidade de representar, é uma promessa que espero ver cumprida sob pena de quebra de confiança.

O meu compromisso com os Ancorenses não me permite em consciência votar favoravelmente este documento, mas entendo ser razoável dar-lhe o benefício da dúvida, que como disse espero ver cumprido no imediato, espero que as preocupações de Âncora comecem a ser ouvidas e levadas em linha de conta e que sejam repostos com justiça os anseios dos meus fregueses.

Tornando-me repetitivo e para que não caia no esquecimento.

É nesta expectativa de incerteza, sobre os benefícios ou os prejuízos da referida UOPG, remetendo para o executivo da Câmara a responsabilidade de cumprir o assumido, de chamar a Junta a participar ativamente no sentido de tornar esta Unidade Operativa de Planeamento e Gestão num plano que coloque Âncora na senda definitiva do progresso que me irei abster.”

O Senhor Presidente da União de Freguesias de Caminha e Vilarelho, Miguel Gonçalves, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes da Junta, ilustres Múncipes e Comunicação Social, e disse o seguinte:



F. A. E.

Assembleia Municipal de Caminha

“Hoje, 6 de janeiro de 2017, estamos a finalizar um processo que se iniciou em 2006.

Há mais de dez anos que se fala na revisão do atual PDM, que foi aprovado em 1995.

A primeira nota que se deve sublinhar é que finalmente um executivo camarário teve a capacidade técnica e, sobretudo, a coragem política de realizar este processo de revisão do PDM.

Governar implica decidir e essas decisões não podem ficar reféns do calendário eleitoral.

Governar como no passado, apenas pensando nas eleições, é inimiga da boa governação. Quem pensa só em manter o poder não pode governar bem e, acima de tudo, para o bem.

Assim, romper com o passado e deixar o mero jogo eleitoral, Sr Presidente, constitui um ato que honra o serviço público e honra a democracia. Parabéns!

Outros aspeto que quero destacar foi a transparência que marcou este processo.

Nós, Juntas de Freguesia, tivemos conhecimento atempado das propostas e foi-nos facultada a possibilidade de apresentarmos a nossa visão do território. Esta ação conjunta contribuiu para um documento que servirá melhor as nossas populações.

Abrir este processo às juntas de freguesia constitui uma prova de confiança e manifesta, indubitavelmente, uma visão de governação muito distinta do passado.

A transparência deste processo ficou, ainda, patente na fase de discussão pública, onde inúmeros munícipes tiveram oportunidade de reclamar e, desta forma, muitos viram as suas pretensões atendidas.

A publicação de toda a documentação inerente a este processo constitui um ato de interesse público, que possibilita a compreensão cabal das decisões e dá aos cidadãos a capacidade de aferir todo o processo.

O interesse particular, por muito importante ou poderoso que seja, não se pode sobrepor ao interesse geral.



Handwritten initials in blue ink, possibly 'JL' and 'AL', and a signature.

Assembleia Municipal de Caminha

No caso concreto da freguesia de Caminha e Vilarelho, este PDM consolida o espaço urbana e apresenta uma estratégia de qualificação do território e do património.

A constituição de cinco Unidades de Planeamento e Gestão representa uma oportunidade de investimento, de qualificação e de desenvolvimento do território.

Nesta intervenção não tenho tempo para referir aprofundadamente o que este PDM traz para a minha freguesia, no entanto, posso destacar que a consolidação da área urbana vai permitir a possibilidade de investimento em infraestruturas de segunda geração.

O Centro Histórico de Caminha terá finalmente a definição de uma estratégia, que no passado foi amplamente prometida, mas nunca concretizada.

Teremos uma definição para o Largo Sidónio Pais que qualificara esse espaço.

Possibilitará uma melhoria das acessibilidades na vila de Caminha e na freguesia de Vilarelho.

E define uma estratégia clara para o complexo da foz do Minho, na qual a atividade profissional de pesca e atividade turística terão um papel preponderante.

Por todas estas razões, vamos votar favoravelmente este documento.

Estamos convictos que este PDM qualifica o nosso território, defende o interesse na nossa população atual e protege os interesses das gerações futuras. É um documento estratégico do presente que nos projeta para o futuro.

Desta forma, ficaremos com as condições objetivas para continuarmos a fazer mais e melhor pela nossa Terra.”

O Senhor Presidente da Junta de Vile, José Luis Lima, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes da Junta, ilustres Munícipes e Comunicação Social, e disse o seguinte:

“Fui eleito para defender a minha freguesia, Vile, e desde que fui eleito sempre votei pela minha consciência, convicção e em defesa dos meus, gentes de Vile e



7. ~~8~~
E

Assembleia Municipal de Caminha

não por interesses partidários nem de privados, porque penso que um presidente de junta, no momento em que toma posse do seu cargo tem que deixar os interesses partidários e particulares e ter um único interesse, a defesa da sua freguesia.

Nós, junta de freguesia de Vile, ao vermos a revisão do PDM para a nossa freguesia, vimos que seria impossível votarmos a favor, porque quando se vê que o local onde foram construídas as últimas habitações, onde o acesso ao local é pela via principal da freguesia, havendo ligação à rede pública de eletricidade, água, saneamento básico, esse local passa literalmente a ser Rede Ecológica Nacional. Ficando habitações intercaladas com REN. Não se compreende!

Zonas de construção, onde não há ligação de rede pública, eletricidade, água, saneamento básico, com ruas estreitas e sem hipótese de alargamento, por estar ladeadas por habitações, logo, se necessitasse de uma ambulância seria impossível lá chegar. Não se compreende!!

Este PDM não tem lógica, parece que quem o elaborou não teve a preocupação de ir aos locais, às freguesias. ver cada situação. Este PDM parece que foi feito pelas mesmas pessoas que fizeram as agregações/eliminações das freguesias... Pelo Google maps (passo a publicidade).

Como queremos fixar a população na freguesia, se eliminam zonas de construção que seriam apetecíveis e criam onde será impossível contruir?

Se havia um decréscimo da população de Vile, com esta revisão do PDM será muito pior.

Não ajuda em nada, muito é o desenvolvimento de Vile.

7. É com muita pena e até desgosto que elementos da Junta de Freguesia viram-se obrigados a deixar a sua freguesia para freguesias vizinhas e até concelhos vizinhos (Por exemplo: Ponte de Lima), por não ter um pedaço de terra para contruir uma casa e, por haver poucos terrenos de construção em locais minimamente bem localizados, pedem valores exorbitantes por eles.

8. Com muita pena, fui obrigado a votar contra esta revisão do PDM. É sinal que só irá prejudicar Vile.”



7. A
Z

Assembleia Municipal de Caminha

A **Senhora Deputada Paula Aldeia**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes da Junta, ilustres Múncipes e Comunicação Social, e disse que não era Presidente de Junta, mas ouviu atentamente as suas intervenções e referiu que a sua intervenção esta noite é mais geral e disse que:

“Foi anunciado um tornado que vai arrasar o concelho de Caminha e esse tornado, segundo as previsões dos especialistas do PSD, vai ter início nesta sala.

Perdoem-me esta ironia, mas não pode haver outra reação possível ao anuncio desta iminente desgraça, por aqueles que em 12 anos, quer fosse por incompetência quer fosse por cobardia política não quiseram ou não souberam levar adiante esta árdua e difícil tarefa da revisão do Plano Diretor Municipal de Caminha. Incompetência, porque apesar de terem gasto mais de 160.000 € em empresas externas para a preparação da documentação para esta revisão pouco foi feito, incompetência porque não souberam defender aquilo que propuseram; e finalmente, cobardia política porque não é fácil tomar decisões que possam pôr em causa uma reeleição; não é fácil contornar os interesses instalados!

Como não é fácil, ataca-se quem o faz, servem-se dos golpes mais baixos para desviar as atenções daquilo que realmente é importante! Sim porque para o PSD, o importante não é a revisão do PDM de Caminha, não é a transparência das atuações e dos processos! O que importa ao PSD é maldizer, atacar, mentir!

Numa coragem política notável, cumprindo uma promessa de campanha eleitoral e a um ano das próximas eleições, usando apenas os serviços internos do Município, temos aqui e em apenas 3 anos, uma proposta de revisão do PDM do nosso concelho, apresentada pelo executivo socialista!

Foi certamente difícil, em alguns casos até poderemos dizer que poderá ser impopular, mas está feito e apresenta uma estratégia territorial bem definida.

Façamos um pouco de historia!



Assembleia Municipal de Caminha

Desde 2006, quando foi decidida pelo então PSD no poder, proceder à revisão do PDM, que este documento de suma importância para o nosso concelho, se vinha arrastando, deixando o concelho sem uma estratégia

Sim porque não esqueçamos que este documento que agora temos em mãos foi um trabalho de continuidade daquilo que já havia sido feito!

Sendo um trabalho de continuidade é bom lembrar que aqueles que agora fazem previsões meteorológicas da desgraça, foram os mesmos que afirmaram, através do representante da Câmara Municipal, o então Vereador Mário Patrício, na primeira reunião da Comissão de Acompanhamento, em 2010, que o PDM em vigor tinha vários erros de cartografia para além de outros e pediu celeridade no processo.

Foi o mesmo PSD que em 2010, apresentou os objetivos estratégicos da revisão do PDM, o mesmo PSD que em 2013 definiu a RAN e a REN. Sim foram eles! Este mesmo PSD que vem agora dizer que seria muito melhor se continuasse em vigor o atual PDM! ou seja, enquanto eram poder, o PDM atual estava cheio de erros e pediam pressa na sua revisão, agora que são oposição, que o trabalho foi feito, vêm dizer, que os objetivos estratégicos, repito, definidos na sua governação, não são mais válidos que está tudo mal, que isto é um tornado que vai arrasar Caminha...esclarecedor não é verdade!

Quem definiu a atual RAN foi o PSD em 2013, quem definiu a REN foi o PSD em 2013, REN que não foi aprovada nas altas instancias, que não souberam defender, e foi já o atual executivo também em 2013, a defender esse mesmo documento, conseguindo fazer com que, das 25 exclusões propostas, 20 fossem aprovadas!

Este é um trabalho serio caros munícipes, é um trabalho que não agrada a todos é verdade, mas é um trabalho com visão, com estratégia que irá permitir alterações positivas no nosso Concelho. Não é um documento fechado pois será dentro de 3 anos sujeito a uma revisão, podendo nessa altura, serem corrigidas algumas situações. Sim, porque ninguém diz que está perfeito, a perfeição não existe, mas pelo menos tem visão!



f. A
E

Assembleia Municipal de Caminha

Vem o PSD em jeito enganador como é seu habito, dizer através de uma carta aberta que mereceu honras de missiva entregue nas caixas de correio, que o executivo socialista vem a todo o custo fazer aprovar esta revisão, que iniciou o processo de consulta pública em pleno mês de agosto, mas esquece-se o PSD de dizer que é em agosto que estão no nosso Concelho muitos daqueles que não residem aqui todo o ano, mas que cá têm propriedades.

Diz o PSD que esta revisão é um retrocesso e um passo atrás no desenvolvimento do Concelho. Um passo atrás relativamente a quê? Ao anterior PDM que segundo afirmaram estava cheio de erros! Um atrás no desenvolvimento do concelho relativo a quê? Ao grande desenvolvimento que o PSD promoveu no concelho de Caminha com o encerramento de indústrias?

Tudo serve;

O PSD desafiou os Presidentes de Junta e os membros desta Assembleia Municipal a votarem contra este documento, a despirem a camisola partidária e a colocarem-se ao lado das populações que representam! Pois bem, caros colegas Deputados, caros presidentes de Junta, é isso mesmo, dispam a camisola partidária, coloquem-se ao lado da maioria das vossas populações, metam a mão na consciência e lembrem-se que tal como diz o PSD e por uma vez, comungo dessas palavras, iremos ser responsabilizados pela decisão hoje aqui tomada. E pergunto-vos, valerá a pena ceder às pressões, valerá a pena atender aos interesses de poucos em prol do bem comum, do bem do nosso concelho? Não creio, acredito que em consciência todos sabemos o que está certo e o que está certo, é sem dúvida aprovar este documento!”

O **Senhor Deputado Rui Taxa**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes da Junta, ilustres Múncipes e Comunicação Social, e disse o seguinte:

“Todos nós fomos educados pelos nossos pais no sentido de trabalharmos para amearhar. Com o que amearhávamos podíamos depois casar, educar os nossos



Handwritten initials and a signature in blue ink.

Assembleia Municipal de Caminha

filhos e construir a nossa casa. Nossa casa que seria construída nalgum terreno por nós comprado ou herdado.

É um sonho legítimo para qualquer um de nós.

Tem sido sempre assim, é a lei da vida.

Só que este sonho pode hoje acabar se este PDM for aprovado.

Este Executivo, numa atitude irresponsável prepara-se para prejudicar milhares de Caminhenses, a geração vindoura e, tão ou mais grave, qualquer viabilidade futura de desenvolvimento do Concelho de Caminha.

Este PDM atinge-nos a todos. Qualquer que seja a nossa cor política.

Este PDM é transversal a tudo e a todos no nosso Concelho.

Este PDM é de inteira responsabilidade deste Executivo, desde a primeira palavra da primeira linha até à última.

Foi este Executivo que aceitou sem contestar a carta da REN sobre o qual trabalhou este PDM castrador.

Foi este Executivo que aprovou e publicou em Diário da República a carta da REN, tornando-a definitiva e impondo-a ao atual PDM, porque tem força de Lei.

É este Executivo que a todo o custo quer fazer aprovar a revisão deste PDM sem que a maioria dos Caminhenses tome a verdadeira consciência do seu conteúdo.

O comportamento padrão de um Executivo Municipal, no momento de apresentar uma revisão do PDM, seria o de tudo fazer, para levar ao conhecimento de todos os munícipes, as suas propostas, mostrando as suas virtualidades para desenvolvimento do Concelho e as vantagens para os cidadãos. Aproveitar as reuniões descentralizadas para o fazer ou promover reuniões próprias para o efeito.

Ora o "modus operandi" deste Executivo vai exatamente no sentido oposto. É indisfarçável que tudo fizeram para ocultar o novo PDM dos caminhenses. Foi gritante a falta de transparência neste processo, onde nem uma única vez a comissão de acompanhamento do PDM com assento nesta assembleia e com a representatividade de todos os partidos, foi chamada a reunir ou a acompanhar este processo como era a sua função.



f. k
L

Assembleia Municipal de Caminha

Tentaram tudo, mas não o conseguiram, porque o PSD, consciente de que esta é uma discussão que tem de ir muito para além da discussão partidária, em tempo útil, fez a respetiva denúncia e alertou os munícipes. O PSD fez aquilo que o executivo camarário deveria ter feito, promover ampla participação. Ao contrário este executivo limitou-se a cumprir a lei pelo mínimo e a fazer unicamente duas apresentações!

Apesar de terem iniciado a discussão pública em pleno mês de agosto, com um prazo tão curto, não conseguiram impedir que cerca de 380 cidadãos apresentassem reclamações das quais 80% foram ignoradas.

O PSD deu o seu contributo de forma construtiva e no âmbito da discussão pública, apresentou uma extensa reclamação com várias sugestões concretas para melhorar o documento, mas este Executivo, o mesmo que acusa que o PSD não faz propostas, ignorou-as por completo.

Tentam esconder a aprovação deste PDM, entre as festas do Natal e dos Reis, para que tudo passe despercebido, e não sejam responsabilizados.

Nem brio e cuidado houve novamente na distribuição de documentos tão importantes, que embora solicitados, não foram entregues. Cartas que não traduzem a realidade aqui à votação, uma "pen" e Links que nem abrem!

Hoje, dia de Reis, poderíamos estar aqui, a receber os três Reis Magos, para entregarem a Caminha uma prenda.

Mas não, o que hoje este Executivo nos pede para aprovar, nas costas dos caminhenses, é um presente envenenado, é o fim do nosso sonho e das gerações vindouras. Fazer do Concelho de Caminha um território atrativo e com potencial económico e turístico!

Estamos perante um PDM em que este Executivo pegou nos terrenos das pessoas, terrenos em zonas de construção consolidadas e pura e simplesmente reduziu a sua capacidade construtiva e a sua capacidade de impermeabilização, ou seja, reduziu duas vezes os direitos e o valor dos terrenos.

Depois, e de forma brutal e irresponsável, pegou em loteamentos aprovados e reduz a sua capacidade de construção.



f
A
Z

Assembleia Municipal de Caminha

Com este gesto, afasta os investidores de Caminha, arruína o valor dos prédios rústicos e urbanos.

Ninguém vai querer investir no Concelho de Caminha. Percebe-se que a partir de agora investir no Concelho de Caminha foi como investir no BES. Um suicídio. Se até aqui havia a comissão de lesados do BES, se este documento for aprovado vai nascer a comissão de lesados do PDM, e que são todos aqueles ainda anónimos, que nem sabem o que lhes aconteceu, que pouparam uma vida inteira para comprar um terreno para fazer uma casa e que agora apenas serve para plantar batatas ou para criar despesa todos os anos com limpeza por causa dos incêndios. Em contrapartida, e perante um Executivo irresponsável que tudo muda a seu belo prazer os investidores perdem confiança no Concelho de Caminha e vão procurar terrenos nos Concelhos vizinhos de V. N. De Cerveira e Viana do Castelo, que nas suas revisões valorizaram os seus territórios.

Na verdade, esta revisão do PDM é um retrocesso e um passo atrás no desenvolvimento do Concelho de Caminha.

A situação é de tal forma grave que, para as Freguesias do interior do Concelho, seria muito melhor se continuasse em vigor, o anterior PDM.

Vai ser impossível construir nas Freguesias do interior, pelo facto de terem desclassificado terrenos dotados de infraestruturas e diminuído muitíssimo os índices de construção.

Vai ser impossível construir uma moradia em Solo Rústico, por via dos índices baixos e pelas faixas de proteção florestal.

Também nestas Freguesias do interior não poderão instalar-se as atividades económicas e de turismo, pelo facto de apenas permitirem o máximo de 200 m². Este Executivo Socialista com este PDM vai matar o interior do Concelho porque o está a condenar a uma desertificação acelerada.

A maioria das pessoas ainda não se apercebeu da enorme desvalorização a que este PDM vai sujeitar as suas propriedades.

Num terreno com 1000 metros e índice de construção de 0.15, em vez de uma casa como até aqui era permitido, agora só vai poder construir um galinheiro!



Ed
d
E

Assembleia Municipal de Caminha

Tudo de forma gratuita, ao serviço de um fundamentalismo ambiental suicida e irresponsável.

Este PDM não traz qualquer benefício ou um novo desígnio estratégico para o Concelho.

Não estimula o surgimento de novas empresas industriais ou de serviços.

Não incentiva o aparecimento de atividades empresariais de turismo de qualidade.

Não prevê qualquer corredor para uma futura ligação terrestre à Galiza.

Não é por isso indutor da criação de emprego, principalmente para os nossos jovens.

Este PDM foi elaborado com os olhos "virados para o umbigo" e não com os olhos colocados no horizonte.

O ano de 2016 foi muito mau para Vila P. de Âncora e para Caminha.

Este Executivo aliado ao Ministério da Educação fechou a Ancorensis Cooperativa de Ensino e com isso, arruinou V. P. de Âncora e o seu vale.

Pelos vistos, se este PDM for aprovado, o ano de 2017 vai ser catastrófico para o Concelho de Caminha.

Nada que não soubéssemos já.

Termino fazendo um apelo aos Srs. Deputados Municipais e, muito especialmente a todos os Srs. Presidentes de Junta.

Todos nós fomos eleitos para defendermos aqueles que confiaram o seu voto em nós.

Estamos aqui para defendermos os interesses das nossas populações, para defendermos o Concelho de Caminha.

Votem em consciência, para poderem dormir em paz."

O **Senhor Deputado Rui Lages**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes da Junta, ilustres Múncipes e Comunicação Social, e disse o seguinte:



Assembleia Municipal de Caminha

“Volvidos que estão mais de 21 anos da existência do atual Plano Diretor Municipal, vulgarmente designado de PDM, o Partido Socialista congratula-se por no seu primeiro mandato, cumprindo uma das suas bandeiras eleitorais, apresentar aqui, perante todos nós, este instrumento de ordenamento do território, tão essencial e fundamental para o desenvolvimento da nossa terra. Seja muito bem-vindo o novo PDM de Caminha, o PDM do desenvolvimento, da sustentabilidade e da coesão territorial.

O PSD tenta deturpar a realidade e a mais-valia deste novo PDM. O PSD tenta esconder à população o real alcance e a projeção de futuro deste PDM. O PSD tenta fazer com que este PDM não seja aprovado, apelando ao voto contra.

Este PSD que nada fez e nada faz pelo efetivo desenvolvimento do nosso concelho, tenta novamente arrastar-nos para os idos anos de 1995, altura em que entrou em vigor o PDM que ainda hoje rege o nosso concelho.

Mas questiono aqui, a esta Assembleia e a todos os nossos munícipes, que estratégia quer o PSD para o nosso desenvolvimento? Achrom que a realidade de 1995 é igual à de 2017?

A nossa terra evoluiu, as nossas empresas evoluíram, o nosso comércio evoluiu, o nosso pensamento evoluiu. Só o PSD é que não evoluiu e apresenta-se retrógrado, estando agora à vista de todos nós o porquê de termos ficado na cauda do desenvolvimento do Alto Minho.

Senhor Presidente, Miguel Alves, permita-me que o PS louve aqui, publicamente, o Senhor Vice-presidente, Dr. Guilherme Lagido, pelo empenho, pela perseverança, pela dedicação e por não se ter deixado ficar amarrado pelos interesses instalados; sem medos, frontal e assertivo é muito graças a ele que aqui, hoje, discutimos o futuro do nosso concelho.

Sim, porque discutir o PDM é discutir aquilo que queremos que o nosso concelho seja, é projetar o futuro, é potenciar o nosso desenvolvimento sustentável.

Mas, o que é que contém este PDM? Que visão estratégica projeta ele para o nosso concelho?

Pois bem, entre os objetivos principais deste novo documento encontram-se:

f
v
E



f. k

z

Assembleia Municipal de Caminha

- o planeamento urbano do concelho;
- a coesão e articulação territorial;
- o fomento da empregabilidade;
- a fixação populacional;
- a preservação do património natural e cultural;
- a afirmação do turismo sustentável.

Todos nós nos queixamos que o concelho de Caminha não tem as zonas industriais que outros concelhos têm, como o de Vila Nova de Cerveira, mas este PDM, finalmente, prevê e permite o tão desejado polo industrial de Vilar de Mouros / Argela e ainda a expansão do polo industrial da Gelfa.

Mais, este PDM permite que nas zonas urbanas surjam atividades ligadas à indústria, dentro de limites pré-estabelecidos.

Ao contrário do que o PSD tem vindo a afirmar publicamente, e de forma mentirosa, ao PDM cumpre criar soluções para que se fixem atividades industriais, não lhe cabe é criar empresas.

Do PSD só ouvimos que este PDM é castrador do nosso concelho, que não permite as novas construções, que retira a aptidão construtiva dos terrenos.

Caras e Caros Munícipes,

Somos novamente obrigados a desmentir o PSD e a desmistificar tais afirmações.

A lei em vigor em Portugal terminou com o conceito "urbanizável". Isto é, agora, nos termos da lei, existem áreas urbanas e áreas rurais. Sendo que, tanto numa como noutra é possível construir, ao invés do que anteriormente sucedia.

Assim, cidadãos com terrenos em áreas denominadas rurais poderão, eventualmente, construir, dentro dos limites legais.

Se quisermos dizer de outra forma, este PDM aumenta a capacidade construtiva do nosso concelho, isto é, de 1405 hectares passou este documento a prever 1522, uma diferença de 117 hectares;

Mais, este documento permite o crescimento populacional de 10 mil habitantes em 10 anos.



7

2

Assembleia Municipal de Caminha

Bem sabemos que um documento como este, que estabelece novas fronteiras e que inclui novos conceitos, adaptados aos tempos de hoje, pode criar preocupações, e diga-se que legítimas. O que não pode, ou melhor, o que não deveria suceder é o maior partido da oposição aproveitar-se do desconhecimento da lei por parte dos cidadãos intoxicar a opinião pública e tentar deitar por terra este documento estratégico para o nosso concelho.

Sr. Presidente,

Repare que, o PSD afirmou que este PDM seria um tornado arrasador para o concelho, que este documento era castrador do desenvolvimento sustentável da nossa terra, mas Sr. Presidente se assim o é, porque é que as Associações Empresariais nunca se mostraram descontentes com o mesmo? Porque é que as Associações de Turismo nunca se mostraram descontentes com o mesmo? Porque é que as Associações Ambientais nunca se mostraram descontentes com o mesmo? Porque é que a sociedade civil não se mostrou descontente com o mesmo?

Sabem porquê? Porque o PDM aqui apresentado é um PDM sério, rigoroso, e que projeta o futuro, com visão, com estratégia.

Os únicos com problemas e descontentes com este PDM são os especuladores e, acima de tudo, este PSD que se quer aproveitar deste momento para tentar fazer chumbar o PDM e, assim, fragilizar politicamente o executivo. O que os move é o ódio, o rancor e o peso de consciência por não terem sido eles os capazes e os protagonistas da feitura deste documento, tão esperado e desejado por toda a população.

Senhores Presidentes de Junta, Senhores Deputados, só há uma forma de evoluirmos e de atualizarmos os documentos orientadores do planeamento urbanístico do nosso concelho. Este é o momento, esta é a oportunidade.

Por estes motivos, a Bancada do Partido Socialista votará favoravelmente a presente proposta, de forma orgulhosa e corajosa, sem medos da época eleitoral, sem medo das críticas, sem se deixar aprisionar pelos interesses pessoais de



Handwritten initials in blue ink, possibly 'E. A.' and a signature.

Assembleia Municipal de Caminha

alguns, ciente que este nosso voto é um voto a favor das gentes do nosso concelho, é o verdadeiro voto de Interesse Público.”

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes da Junta, ilustres Munícipes e Comunicação Social, e disse o seguinte:

“A 23 de setembro último, a CDU, nesta mesma Assembleia, alertou o executivo camarário para o que se antevia de mais problemático na aceitação, por parte das populações, do novo PDM. Alertámos, e passo a citar, "...para os perigos deste documento ao travar a redução das áreas urbanizáveis, o que afetará as atividades económicas, em particular no que respeita à construção. Mas mais que uma questão de área urbanizável, ..., parece-nos relevante perceber o alcance da redução do índice de ocupação de solo que poderá inviabilizar a construção em terrenos de menor dimensão.”(fim de citação). Desde a contra-argumentação do executivo nessa mesma sessão até ao momento atual, é factualmente inegável que não houve por parte da Câmara Municipal de Caminha, vontade ou compreensão da dimensão do nosso alerta. Da leitura atenta dos documentos enviados, dos resultados das reclamações ao relatório, percebe-se uma maior preocupação na defesa do documento prévio do que na construção coletiva do documento final. E isso, só por si, é expressivo da capacidade ou incapacidade, de negociação do executivo camarário, liderado pelo PS, muito diferente na forma, o que valorizamos, mas tão igual, nos resultados, ao PSD. Uns e outros há praticamente 40 anos que no concelho de Caminha fazem da sua incapacidade o campeonato de campanha, num rodízio político onde impera a incoerência e o determinismo pouco ideológico, mas muito partidário. Senão vejamos. O PSD, que criticou, nos seus 12 anos de mandato, o modelo imposto pelo anterior PDM, protelando planos de pormenor, promovendo outras leituras do documento, e contornando condicionantes, é agora defensor desse mesmo PDM, aprovado há 21 anos atrás sobe a liderança do PS. O mesmo PSD que teve, no seu mandato, a obrigação de rever o PDM, revelando



7. ✗
E

Assembleia Municipal de Caminha

total incapacidade para o fazer, vem hoje procurar saldar a sua dívida fazendo com que, por ação e influência sua, o município de Caminha continue sem PDM revisto, mostrando como com o PS e com o PSD na Câmara Municipal, em 21 anos nada se faz, nada se altera, nada se opera, nada se cria, nada se projeta, nada se desenvolve nos vales do Âncora e do Coura-Minho. E pior do que isso, o PSD sabe que, se há algo a que não se pode agarrar é precisamente à falta de modelo de desenvolvimento patente neste documento, e com a qual a CDU até discorda em parte. Porque na verdade, o novo documento é tão declaradamente centralizador na organização do território e na limitação urbana nas freguesias periféricas aos grandes centros urbanos, que merecerá o epíteto de PDM Verde. E disso não restam dúvidas, e o PSD sabe-o, como o PS também. Mas a CDU entende que esta afirmação verde se faz de costas voltadas com parte das populações e particularmente com os seus legítimos representantes, ou seja, as Juntas de Freguesia. E ao contrário do PS e do PSD, a nossa firmeza ideológica, matriz que alicerça a nossa construção partidária, não nos permitiu, nem fazer, nem quebrar compromissos com as populações, que não fossem reais. E esta é também uma das razões que vinculam o PSD ao voto contra, que para camuflarem esta culpa, procuram apelar, em tom de ameaça política, aos Eleitos Municipais e Presidentes de Junta para que hajam fora da análise dos seus partidos, para afinal se alinharem todos com o PSD, um partido que promove a ação contra partidária, contrária à razão que sustenta a sua própria existência, e que por isso, quem sabe, nas próximas eleições autárquicas, até não se irá candidatar enquanto partido porque se irá associar a movimentos avulsos de cidadãos, porventura muito mais defensáveis e justos. Assim não pensa a CDU, que reconhece facilmente que com a atuação do PSD nos 12 anos de liderança na Câmara Municipal, por não ter cumprido com a sua obrigação de rever em tempo útil o PDM, criou falsas expectativas nas pessoas e nos investidores. E isso deve pesar-vos na decisão política, porque sabem que muitos pequenos proprietários adquiriram terrenos na consciência criada por V. Exas. de que o PDM de 1995 seria eterno. Por seu turno, o PS sente que não tem qualquer responsabilidade nessa matéria porque cumpriu



f. d.
E

Assembleia Municipal de Caminha

com a sua obrigação de tudo fazer para concluir o processo num mandato, quando o PSD não o fez em três. Daí esta aparente inflexibilidade do PS, e esta grande culpa do PSD, que sabe que em última instância, passada a revolta inicial, é a eles que os proprietários e investidores imobiliários atribuirão a culpa da expectativa gerada, mesmo que gritem e persistam na vossa estratégia de comunicados e cartas abertas, difundidas num órgão local de comunicação social e deixadas nas redes sociais à espera da purga sancionatório popular, se possível verborreica, insultuosa e ofensiva.

A CDU não esperava que este processo fosse fácil e fez da sua intervenção discreta o apelo à participação popular a quem cabia a reclamação particular. Mas também sabia que o processo seria ainda mais dificultado pela estratégia política encetada pelo PSD, que, acima da população, assumiu que governa todo o vale do Âncora e daí partirá para as próximas eleições, afinal de contas, como partido político organizado. Mas também porque o PS faz neste processo político um teste de vínculo eleitoral. E a CDU tem consciência que acima de tudo estes dois partidos tudo farão para impedir a voz do PCP e da CDU na Câmara Municipal, fazendo a população esquecer que só eles, PS e PSD, em 40 anos, tem estado sempre juntos neste órgão municipal. Por isso o PS ignorou o nosso alerta, e com ele o de alguns populares e juntas de freguesia; e por isso o PSD, mesmo antes do processo ter começado, havia decidido o seu voto contra.

Pena é que com tudo isso se tenha perdido o debate político sobre o modelo verde assumido, provavelmente desligado das populações, quando na verdade é essencial o encontro da sustentabilidade com a presença do ser humano e não com a sua extinção. É por isso que o caminho se faz caminhando e não de forma abrupta.

Há 21 anos atrás tudo era possível, e, entre outros exemplos, assistimos todos à destruição de Vila Praia de Âncora.

A partir de hoje, nada se poderá fazer.

Como diz o povo, fomos do 8 ao 80.



Fr #

£

Assembleia Municipal de Caminha

Olhando o PDM, é importante perceber que nele se medem as possibilidades e as limitações, e estas são adstritas à ocupação do solo, mas também às disposições administrativas e técnicas a definir em Planos de Pormenor. Assim, todas as áreas suscetíveis de Planos de Pormenor poderão ficar condicionadas a investimentos no próximo mandato, ou aos dois próximos mandatos. Este é um domínio de compromisso que não existe nesta fase do processo, fazendo com que todas as reclamações atendidas nestas zonas, são afinal aceitações condicionais. É disso exemplo a zona industrial/empresarial de Argela-Vilar de Mouros ou da Gelfa-Laboradas.

Há assim ainda matéria de compromisso a ser clarificada nesta Assembleia, a partir da qual se deverá construir o voto de cada um. A CDU recusa qualquer subversão deste princípio. A CDU recusa qualquer pressão ou influência que impeça o esclarecimento e o juízo fundamentado.”

A **Senhora Deputada Júlia Paula**, disse que depois daquilo que ali ouviu e viu, e esteve com muita atenção principalmente as intervenções do período do público, onde faz registo que uma das pessoas que fez ali a sua intervenção já se ausentou da sala, sem resposta, porque naturalmente que o período do pública representa ali um determinado de intervenções e que depois se gera ali a discussão interna relativamente ao assunto, o que não deixa de lamentar a Senhora Deputada que uma das pessoas do público tenha saído sem que tenha sido dado por parte do Senhor Presidente da Câmara, como é seu habito alguma resposta, até, porque, fez interpelação à mesa nesse sentido, se se tratava de um lapso ou se era uma opção política. Disse ainda a Senhora Deputada que ficou claro que o Senhor Presidente da Câmara não quis responder a uma pessoa do público que, entretanto, se ausentou, e se lhe vai responder agora, então o munícipe já não o poderá ouvir a sua resposta, portanto, refere a Senhora Deputada que esta questão política que é interessante.

Disse a Senhora Deputada que também ouviu atentamente algumas intervenções dos Senhores Presidentes de Junta e percebeu o desconforto, o desconforto por



f

§

Assembleia Municipal de Caminha

um lado de perceber que estão a representar munícipes e algumas das reclamações que não foram atendidas e a representar populações que os elegeram e que tem que defender esses mesmos interesses que são legítimos, e ao mesmo tempo um sentido de solidariedade para com este executivo e o PDM que hoje apresentam. Disse ainda a Senhora Deputada que mais preocupante foi perceber que teria havido ali, diferentes formas de tratar Presidentes de Junta é porque ou foi coincidência ou de facto a maior parte dos Presidentes que ali fizeram intervenções no sentido de avançar já com o seu sentido voto, foi perceptível que não houve uma discussão prévia com os Presidentes de Junta, nem este documento resultou de uma articulação e de uma discussão ampla com os Presidentes de Junta, antes foi um arranjo subsequente, e perante um facto consumado, de tentar remediar umas reclamações e compor algumas situações para que os Presidentes de Junta tivessem confortabilidade em ir ali dar o seu voto, senão a favor, pelo menos a abstenção, passando a expressão um voto de confiança. Disse ainda a Senhora Deputada que por muito que as intervenções dos Deputados do Partido Socialista, fossem ali acusar, instar, que o PSD não tem o direito como força política e partidária de fazer o seu direito de oposição, seja neste órgão, seja externamente através dos órgãos da comunicação social ou das redes sociais, o que estranha da parte do Partido Socialista, porque a sua postura sempre tendente ao diálogo e à democracia. Estranha, porque de facto o Partido Socialista ao longo de este tempo todo aquilo que tem feito neste órgão e Assembleia é constantemente instar que o PSD se cale, ou não tenha legitimidade como força da oposição dizer aquilo que entende e nomeadamente sobre aquilo que entende sobre este PDM, uma vez que é disso que se está a discutir, e está-se a discutir as opções deste executivo, não se está a discutir as opções do anterior executivo, não se está a discutir qual foi a equipa que trabalhou o executivo neste PDM, isso não interessa, é o PDM deste executivo, e é interessante observar o exercício demagógico, é que um dos Senhores Deputados disse, porque isto é nosso, é o nosso trabalho, mas logo de seguida, para aquilo que não dá jeito, não isto vinha do anterior executivo, ora, o que é mal vinha do anterior executivo, o que é bom é



Handwritten signature in blue ink, consisting of a stylized 'Z' and 'K' followed by a flourish.

Assembleia Municipal de Caminha

deste executivo, portanto, isto é absolutamente ridículo, demagógico e contraditório, primeiro porque o Partido Socialista foi eleito e o Partido Socialista tinha legitimidade para abandonar tudo aquilo que o anterior executivo fez ou optou, logo, isto é uma falsa questão, e mais uma vez demagogia, não queriam a carta da REN, rejeitavam-na. Disse ainda a Senhora Deputada que o seu maior orgulho é não ter aceite a carta de REN que lhes queriam impôr e que os Senhores aceitaram, e ainda o seu maior orgulho é ter feito uma contraproposta, que não foi aceite, mas, que não penhorava o futuro e o desenvolvimento do Concelho de Caminha, transformando-a numa grande reserva aonde nada se pode fazer, e ainda o seu maior orgulho é ter percebido que ao não aceitarem a proposta apresentada pelo grupo do PSD, era preferível manter-se o atual PDM pois não prejudicava o interesse das pessoas, cujo, o único património é o amealhado de uma vida que agora lhes é ilegítimamente retirado, direitos adquiridos do que o município ali falou e que com esta proposta lhes são retirados. Disse ainda a Senhora Deputada que o seu maior orgulho é a consciência que em 12 anos à frente dos destinos do Concelho de Caminha, não provocou este enorme prejuízo, não lesou ou condicionou o futuro de ninguém e geriu este dossier com sentido de elevação, não só através de uma equipa de arquitetos de grande gabarito, competência e experiência, responsáveis por várias revisões de PDM em vários Municípios, mas sobretudo com o distanciamento e racionalidade necessária a uma equipa de primeira para um território de excelência. V.Exas., com este PDM desvalorizaram pura e simplesmente o Concelho de Caminha e valorizaram os terrenos e os territórios do Municípios circundantes pela simples razão de que decidiram única e simplesmente e diferenciando-se pela negativa dos outros Municípios decidiram reduzir área de construção, isto, não se viu em nenhuma revisão PDM de Município vizinho, os Municípios vizinhos não aceitaram isso, quando negociaram com as entidades, não quiseram reduzir área de construção e isto é que é grave, e este é que é o problema não é a quantidade de reclamações ou as estatísticas sabe-se que em todas as revisões de PDM há muitas reclamações, o problema é o tipo de reclamação, é que as pessoas que até ali se



fr

2

Assembleia Municipal de Caminha

foram queixar de que tinham um terreno que valia 40 mil euros e agora vale 400 euros.

Termina a Senhora Deputada, a dizer, quais interesses V.Exas estão a falar, de que interesses ilegítimos, e pergunta, desde quando a atividade da construção civil é interesse ilegítimo, desde quando a atividade dos promotores é um interesse ilegítimo, não serve este PDM para regular a atividade da construção, a promoção comercial e atividade imobiliária, isso, que foi desde sempre o motor de desenvolvimento do Concelho de Caminha, porque isso é que é ilegítimo, porque para isso é que existe o PDM para regular essas mesmas atividades, e mais uma vez estamos perante uma falsa questão, mas estará atenta à resposta do Senhor Presidente, tendo já percebido as atoardas que daí vão vir, mas, não tem problema nenhum, e até já sabe publicamente que já foram tornadas públicas, mas estará ali para analisar e dar a sua resposta.

O Senhor Deputado Rui Lages, fez uma interpelação à mesa no seguimento das declarações da Senhora Deputada Júlia Paula, uma vez que o Senhor Presidente não respondeu ao munícipe, pelo que solicita ao Senhor Presidente da Mesa para que faça a leitura do art.º. 24 do Regimento em que não cabe ao Presidente da Câmara fazer esses esclarecimentos, mas sim, ao Presidente da Mesa ou aos Senhores Deputados, pelo que, não sabe o Senhor Deputado se a Senhora Deputada Júlia Paula querará prestar algum esclarecimento ao munícipe que ali esteve.

O Senhor Vice-Presidente Guilherme Lagido, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes da Junta, ilustres Múncipes e Comunicação Social, e disse que vai fazer a sua intervenção à semelhança daquilo que fez em reunião de Câmara e dará explicações que ali foram suscitadas e se seguida disse:



f. ✖
§

Assembleia Municipal de Caminha

“Há momentos em que os líderes – gestores ou políticos – têm de explicar que os valores de longo prazo se devem sobrepor aos interesses imediatos. Estes são os momentos determinantes na história das organizações ou na história das sociedades. É o tempo que se tomam as decisões com grande impacto no futuro. Nestas situações exige-se aos líderes que tenham vistas largas. Quase nunca, nestas ocasiões, o caminho mais fácil conduz à decisão certa. Há que ter uma visão para além da perceção imediata. Aconteceu assim quando se decidiu a independência de Portugal, ou a aventura dos Descobrimentos, ou a Restauração da Independência, ou a implantação da República, e, agora UE. Os líderes da época fizeram as diligências que se impunham e, com clareza, explicaram-nas. As populações entenderam e aceitaram essas boas decisões. Claro que, em todos os tempos, há sempre quem se oponha e ainda bem que há.

Sr. Presidente....

Estamos num momento histórico da gestão do recurso mais escasso do nosso concelho – o nosso território. Não temos mais nem menos do que os 137,7 km² de que dispomos. O destino que lhe dermos marcará o nosso futuro. A ocupação desregada deste território trará custos irremediáveis. Mas a ocupação regada potenciará alternativas de que poderemos usufruir nós e as gerações futuras. Não podemos tomar decisões de tão grande impacto, considerando, apenas, os interesses do tempo presente.

A prazo tudo pode mudar. Não é preciso ter grande imaginação para antevermos o que poderá acontecer. Se tivermos presente a nossa história, facilmente, entenderemos que a economia e a sociedade que hoje temos vão mudar. O contexto europeu, de que hoje beneficiamos amplamente, vai sofrer alterações. Não serão necessárias grandes alterações, basta que ocorram pequenas alterações para termos de repensar a nossa economia na sua globalidade. Não se pretende traçar um quadro negro, pretende-se, tão só, acautelar uma reserva para a independência mínima, que poderemos precisar num futuro próximo.

Foi esta a preocupação que tivemos na gestão deste território que, hoje, vos propomos para decisão. Evitamos as soluções radicais. Aproveitamos as propostas



Assembleia Municipal de Caminha

feitas pelo anterior executivo no que diz respeito à Reserva Agrícola e à Reserva Ecológica. Discutimo-las e conseguimos a salvaguarda de interesses essenciais. Aumentamos a área urbana de 1 405 hectares para 1 522 hectares – mais 117 hectares. Tivemos de cumprir os novos Critérios de Classificação do Solo – Decreto Regulamentar 15/15 que “operou uma profunda reforma no modelo de classificação do solo, eliminando a categoria operativa de solo urbanizável”, isto porquê, porque não se fez a revisão do PDM em seu devido tempo.

Note-se que da área prevista no PDM de 95 como solo urbanizável, em 21 anos apenas, 27,6% foi urbanizada. De acordo com a nova legislação de ordenamento – Lei de Bases do Ordenamento do Território, Lei 31/2014 de 30 de Maio, com o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial DL 80/2015 de 14 de Maio e com o Decreto Regulamentar já referido e todos eles aprovados na vigência do anterior Governo só pode ser considerado solo urbano aquele deviamente infra estruturado com rede de água, rede de saneamento, rede elétrica, rede de telefone e transporte público, o que limita fortemente a expansão dos perímetros urbanos. Considerar espaço urbano o que não está infraestruturado é assumir o encargo por parte do município de criar essas infraestruturas. Não podemos assumir esse encargo.

Contudo, nesta legislação de ordenamento deixa de haver solo urbanizável, passa a haver solo urbano e solo rural, sendo admitida a edificação em solo rural, contrariamente ao que acontecia no passado. Tivemos a preocupação de garantir índices de ocupação do solo em espaços rurais e em solo urbano de baixa densidade índices bem próximos. Admitimos em espaços agrícolas índices de ocupação do solo de 15 % permitindo a edificabilidade de habitação própria. Quer isto dizer que, quer em solo urbano, quer em solo rústico, passa a ser permitida a construção neste PDM.

Apesar de todas estas restrições, conseguimos desafetar da RAN várias situações que estavam por resolver há anos, com ocupações indevidas. Conseguimos, com a colmatação de espaços urbanos uma proposta que permite, no horizonte deste Plano Diretor Municipal, acolher mais 10 mil habitantes, não contando com a



Assembleia Municipal de Caminha

ocupação dos 157 loteamentos que estão aprovados e ainda não totalmente ocupados e com a previsível ocupação dos espaços sujeitos a Plano de Pormenor. Refira-se, por curiosidade, que a proposta do anterior executivo, apresentada em reunião da Comissão de Acompanhamento de 9 de Julho de 2010 previa um acréscimo de 1 000 habitantes.

Várias áreas com problemas específicos de ordenamento serão sujeitas a um plano detalhado. São exemplos a zona envolvente da Área Empresarial da Gelfa, até à entrada de Âncora, a zona das Camboas e a zona do Festival de Vilar de Mouros. No primeiro caso, estamos perante uma situação em que coexistem uma Grande Superfície Comercial, uma Área Empresarial que interessa ampliar, umas instalações desportivas que interessa dotar de apoio urbano, uma área residencial com falta de infraestruturas e uma área sensível do ponto de vista ambiental. No segundo caso, estamos perante uma área de grande potencial turístico que interessa valorizar de forma ordenada. No terceiro caso, estamos perante um espaço em crescendo de utilização com a realização de vários eventos e com a criação da Praia Fluvial que interessa disciplinar.

Foi este o quadro de fundo que enformou este PDM que hoje estamos a apreciar. Uma preocupação grande em evitar a fragmentação territorial e os custos associados, uma preocupação grande em aproveitar os espaços infraestruturados e uma preocupação grande em projetar o Concelho.

Uma aposta clara no turismo. Sabendo nós que não temos uma estrutura fundiária que acomode uma agricultura de mercado e sabendo que não dispomos de uma dinâmica empresarial de ponta devemos aproveitar os recursos naturais para projetar o nosso Concelho.

Tivemos essa preocupação ao admitir algumas UOPG's vocacionadas para o Turismo, ao prever a atividade turística quer dentro dos espaços urbanos, quer mesmo em espaços florestais ou mesmo de REN.

Tivemos, apesar de tudo, a preocupação de relançar o espaço industrial, prevendo uma nova zona industrial e a ampliação com infraestruturas adequadas da Área



Assembleia Municipal de Caminha

Empresarial da Gelfa. Daremos prioridade em termos de Plano de Pormenor a estes espaços.

Sobretudo tivemos a preocupação de não estragar o que de bom tem o nosso território por que esse é o capital de que dispomos para viver – nós e as gerações que nos sucederão.

O Senhor Vice Presidente disse que tem algumas notas avulsas que gostava que ficassem presentes e disse que não é repetindo uma mentira, que a mentira se transforma em verdade, e como exemplo diz que é possível contruir em solo rustico, antes não era possível; a REN e a RAN são propostas do anterior executivo e não adiante vir dizer que não a aceitaram; discussão da proposta, houve variadíssimas reuniões com os Presidentes de Junta, todos eles foram tratados por igual, alguns Presidentes de Junta para além das reuniões que o executivo convocou, pediram ainda outras reuniões para além dessas, discutiram-se as propostas, mas, também houve Juntas de Freguesia que foram as reuniões e chegaram sem material para discussão, mas, em contrapartida houve Presidentes de Junta que fizeram uma discussão publica nessa altura, e auscultaram os problemas e trouxeram-nos até ao executivo e na medida do possível foram acomodados, agora, não venham dizer que os Presidentes de Junta foram tratados de forma diferente, porque isso não é verdade; sobre a discussão pública e transparência dos processo disse o Senhor Vice Presidente que houve uma enorme preocupação de deixar bem claro que a discussão publica foi a mais transparente possível e a mais divulgada possível, e o executivo esteve sempre disponível para receber seja que fosse. Disse ainda o Senhor Vice-Presidente que aquilo que hoje ali o chocou foi a falta de capacidade de construção em Vile, porque da área urbanizável de Vile nos últimos 21 anos, Vile não chegou a ocupar 10% dessa área. Uma outra questão que o Senhor Vice-Presidente quer deixar bem claro porque tem-se a ideia que o PDM é um documento que se faz e que vai durar mais 20 anos, este PDM não vai durar mais 20 anos, está prevista a existência de monitorização que permite alterações pontuais ao fim de 2 anos, é sempre possível de acordo com esta legislação e sempre que haja

f.
E



Handwritten initials in blue ink, possibly 'e f' and a signature.

Assembleia Municipal de Caminha

empreendimentos que se reconheçam de relevância fazer alterações pontuais ao PDM até com desanexações da REN, claro que tem que ser empreendimentos com alguma relevância vai ser um simples loteamento, está prevista essa medida e a partir dos 3 anos é sempre possível fazer revisões do PDM. Disse ainda o Senhor Vice-Presidente que a questão da redução dos índices de construção prendesse com duas matérias, em primeiro lugar com o atraso na revisão do anterior PDM, porque se o anterior PDM tivesse sido revisto ao fim do 10 anos essa questão não existia; em segundo lugar prendesse com a necessidade de acautelar algumas situações que são preocupantes, porque o executivo não quer que nenhuma das Vilas de Caminha tenha problemas semelhantes ao da Albufeira ou do Funchal e existem alguns sintomas em que isso pode vir a acontecer, os índices baixam nas encostas mais elevadas tentando criar zonas permeáveis para evitar que as águas venham parar à Rua Miguel Bombarda por exemplo.

Quanto à questão dos Planos de Pormenor disse o Senhor Vice-Presidente que que iram ser desenvolvidos, dando prioridade ao da areia. Disse ainda o Senhor Vice-Presidente que aquelas pessoas que tinham Loteamentos ou projetos aprovados vão perder, logo, isso não é verdade, todos os compromissos são garantidos e serão respeitados, não há violação de direito nenhum.

Disse também o Senhor Vice-Presidente que deixa uma palavra de reconhecimento a toda a equipa que trabalhou com ele e procedeu à elaboração do novo documento. Disse ainda o Senhor Vice-Presidente que o executivo não fez o PDM que quer, fez o PDM que respeita as regras, e o PDM que as entidades envolvidas entendem respeitar essas mesmas regras e critérios de apreciação, refere o Senhor Vice-Presidente que o PDM antes de ser sujeito a discussão pública é aprovado por uma Comissão de Acompanhamento, que até estão presentes a Guarda Republicana, o Comandante da Capitania, a Comissão de Coordenação da Região do Norte, a Administração da Região Ideográfica e etc. são vinte e tal entidades e essas entidades por unanimidade aceitaram a proposta que o Município de Caminha fez, agora, não venham dizer que os técnicos são



f
d

Assembleia Municipal de Caminha

z

incompetentes, uma vez que não é justo, portanto, o Senhor Vice-Presidente quer mesmo uma palavra de reconhecimento para todos que trabalhou com ele.

Este é um dos exemplos de decisões em que deve haver o maior consenso possível. Não se trata das opções do partido A ou do partido B. Trata-se de tomar as decisões desta geração para o nosso Concelho.

Tivemos esta preocupação sempre presente. Logo de início quando aceitamos as opções estratégicas que tinham sido tomadas pelo anterior executivo, aprovadas na 1ª Reunião Plenária da Comissão de Acompanhamento da Revisão do PDM de Caminha – 9 de julho de 2010. Tivemos esta preocupação quando aceitamos as propostas de REN e RAN bruta que tinham sido apresentadas, incluindo as propostas de exclusão. Batemo-nos por elas e conseguimos a sua aprovação.

Desde muito cedo demos a conhecer as propostas que estavam em cima da mesa. Apresentamo-las e discutimo-las com todas as Juntas de Freguesia. Acolhemos todas as sugestões que não colidiam com as servidões a que estávamos sujeitos. Fizemos uma discussão pública o mais plural possível. Analisamos, criteriosamente, todos os contributos. Acolhemos cerca de metade das preocupações. Só não acolhemos o que era incompatível com as restrições que nos são impostas. Estamos, por isso, em condições de decidir, em consciência. Estão reunidas as condições para que a decisão seja o mais consensual possível. Esperamos com a colaboração de todos.

Certamente que as gerações futuras agradecerão.”

O Senhor Presidente da Câmara, Miguel Alves, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, os Ilustres Múncipes e a Comunicação Social, e disse que vai deixar algumas notas referente a algumas intervenções que ali foram feitas, mas, antes de dar início a esses esclarecimentos, e uma vez que foi insinuado mais do que uma vez, vai esclarecer a matéria da intervenção do público nesta Assembleia Municipal. Disse o Senhor Presidente que a Senhora Deputada Júlia Paula quis parecer demonstrar que o Senhor Presidente da Câmara fugia ao



Handwritten initials in blue ink, possibly 'F. d.' and a signature.

Assembleia Municipal de Caminha

esclarecimento, ou, que não quis ,ou, que não lhe apeteceu dar esclarecimento ao cidadão, logo, a Senhora Deputada Júlia Paula Costa devia ler os regimentos e a lei, no passado teria sido bom para a Câmara Municipal, agora é ótimo para o modo de funcionamento desta Assembleia e deve saber, esperando o Senhor Presidente que não o saiba porque isso ainda seria pior, que aquele pedido de esclarecimento é feito à Assembleia, foi a Senhora Doutora que não respondeu ao munícipe, não foi ele (Presidente da Câmara), logo, isto deve ficar esclarecido e foi a Senhora Deputada que agiu mal com aquele munícipe que precisava de esclarecimento. Portanto, esta matéria torna-se importante esclarecer porque em muitas Assembleias são colocadas questões que são interpelações à Assembleia ou à Mesa da Assembleia, não cabe à Câmara; a Câmara tem o seu momento no seu espaço próprio, logo, o Senhor Presidente quer rejeitar esta demagogia beata que foi ali apresentada, porque não corresponde à realidade.

De seguida o Senhor Presidente começou a saudar uma equipa que trabalhou “afincadamente” na elaboração do novo documento durante 3 anos na Câmara Municipal, este não se trata de um documento “perfeito”, acrescentando que sempre foi preocupação da Câmara dar conta dessa imperfeição e da necessidade de todos darem o seu contributo, e sobretudo dos Presidentes de Junta de Freguesia.

Disse ainda o Senhor Presidente que esta equipa trabalhou afinadamente e de forma competente para poder produzir este documento, procurando sempre as melhores soluções, elas estão explanadas nesta proposta, dentro daquilo que as regras tem, a partir de agora, a possibilidade dentro de um documento que é mais flexível, a oportunidade de poder corrigir algumas matérias que irá identificar num relatório dentro de dois anos, e procedendo à sua alteração num espaço de 3 anos. Isto deixa uma margem que não existia no passado em PDM's preparados para vigorar durante 10 anos ou num regime do PSD de Caminha durante 21 anos.

Disse ainda o Senhor Presidente que faz justiça ao Senhor Vice-Presidente que liderou este processo difícil, com a capacidade de poder manter um dialogo com a comunidade, com as Juntas de Freguesia, com a Assembleia Municipal, sabendo



f. d.
r

Assembleia Municipal de Caminha

gerir estas vontades e sobretudo tendo a capacidade com as competências que foi adquirindo ao longo da vida de poder lidar com todas as instituições e com todas as pessoas que eram necessárias ouvir. Disse ainda o Senhor Presidente que se lembra em plena campanha eleitoral de 2013 num debate que tive com o então candidato e Vereador Flamiano Martins e o Joaquim Celestino Ribeiro, de ele ter dito que o Senhor Presidente não compreendia que era de facto difícil fazer a alteração do PDM porque existia uma mesa com vinte e tal pessoas e que isso era muito complicado, pois, isso é complicado para alguns, mas, para outros, aqueles que querem fazer e que tem a competência e sobretudo coragem, não é assim tão complicado se se souber trabalhar.

Disse o Senhor Presidente que com a aprovação deste PDM, que espera que seja factual nesta Assembleia Municipal, aquilo que a Câmara Municipal está a fazer é cumprir a lei que andava a ser violada há 11 anos porque não se fez aquilo que a lei impunha, que era a revisão do PDM. Aqueles que se orgulham tanto como se viu ali de terem violado a Lei durante estes anos acabam por deixar uma proposta política no final das suas intervenções, sobre a necessidade de continuar a violar a lei, ao propor a continuidade do anterior PDM aprovado há 21 anos, curiosa esta forma de trabalhar do PSD, que se opõe à forma de se trabalhar, num processo participativo, aberto e transparente, que levou a que se pudesse fazer um trabalho sereno e sempre em melhoria. Em melhoria depois de serem debatidos com os Presidentes de Junta, em melhoria depois de reunirem com as centenas de pessoas na Câmara Municipal em reuniões técnicas, portanto, esta proposta que ali chegou é uma proposta muito melhor do que a inicial, graças à participação das juntas de freguesia e das pessoas.

Disse o Senhor Presidente que vai dar notas sobre algumas das intervenções que ali foram proferidas, e disse relativamente à intervenção do Senhor Deputado José Luís Lima, como o Senhor não disse nada de substantivo, diz o Senhor Presidente que acaba por não ter nada de substantivo para lhe responder, referindo apenas que vai votar porque não está vinculado a nenhuma tese partidária, espera o Senhor Presidente que vote em consciência e certamente que o seu voto será



F
A
S

Assembleia Municipal de Caminha

distinto da sua filiação partidária. Relativamente às questões fundamentais que são colocadas pelos Presidentes de Juntas de Freguesia, eles sim, que lidam com as questões de terreno, que falam com as pessoas, as quais, o Senhor Presidente aproveita para poder esclarecer, e começa por esclarecer o Senhor Presidente de Junta de Vila Praia de Âncora, referindo que não considera nada que exista nesta proposta, uma proposta de estagnação para a Vila e uma proposta que acabe por prejudicar os mais pobres, ou até, mesmo na versão mais intensa que rouba as famílias, não é disso que se trata nesta proposta, e refere o Senhor Presidente que do espaço urbanizável que Vila Praia de Âncora teve para poder ocupar com construção durante estes 21 anos, das hipóteses que tinha apenas ocupou 34%, portanto, existe muito espaço por ocupar, disse ainda o Senhor Presidente ao Senhor Presidente de Junta que foi ali àquela Assembleia para votar em consciência, mas votará também em linha com algum partido político, referindo ainda o Senhor Presidente que esta proposta que está sobre a mesa propõe um aumento de população para Vila Praia de Âncora de mil novecentos e trinta e quatro habitantes para os próximos 10 anos, são, só mais mil pessoas do que o PSD queria juntar à nossa população nos próximos anos para todo o Concelho de Caminha. O PSD propôs um aumento de população para todo o Concelho em mil habitantes, e não era apenas para a Freguesia de Vila Praia de Âncora, e só para Vila Praia de Âncora este novo PDM prevê o dobro. Disse ainda o Senhor Presidente que o executivo quando refere que esta nova proposta de PDM, prevê em termos de construção a possibilidade de aumentar a população do Concelho de Caminha, crescer em 10 mil habitantes para os próximos 10 anos. Logo, esta nova proposta prevê essa capacidade, isso não quer dizer que vai aumentar, mas, dizer que em 10 anos vai aumentar para mil, isso, é como dizer aonde se quer construir, e isso é muito perigoso. E a proposta que o PSD queria desenhar para se ter área construtiva para mil pessoas, era no fundo escolher os quatro ou cinco sítios onde os empreiteiros queiram construir aqui no Concelho de Caminha, mas este executivo não faz isso. Disse ainda o Senhor Presidente que alargaram todas as áreas aonde de construção que são possíveis para construção, referindo ainda



f.
K
R

Assembleia Municipal de Caminha

quanto a Vila Praia de Âncora, que se deve ter um olhar mais concreto e para isso o Senhor Presidente sublinhou alguns exemplos, e existe um tema que tem sido dirimido nestas matérias o qual tem a ver com as Camboas, e hoje esta Zona de Vila Praia de Âncora é provavelmente o território mais apetecível ou interessante do ponto de vista de um investimento global para o Concelho de Caminha, se a proposta do PSD feita em fase de reclamação fosse aprovada, aquilo que aconteceria nas Camboas é que se poderia construir parcela a parcela daquilo que lá está, e contruindo-se parcela a parcela mesmo com intuito de Turismo, o que se iria fazer das Camboas era fazer com que a Sandia, aquela forma desregrada, selva de pedra que nasceu durante todos estes anos, viesse para a frente de mar numa zona nobre de Vila Praia de Âncora, portanto, o que o PSD propõe na sua reclamação é que cada um na sua parcela, ou juntando a parcela do lado, pudesse construir um Hotel desde que cumprisse os requisitos da implantação, ao lado viesse outro e construísse uma Discoteca e etc. Desde que fosse para o Turismo todos podiam contruir naquelas 20 ou 30 parcelas desregradamente e sem ligação entre elas, mas, este executivo rejeitou esta ideia, podendo o executivo estar errado, e aquilo que o executivo propõe para aquela área é que se faça um Plano de Pormenor que se pense o que se quer ali implementar em toda a área, sem olhar para cada uma das parcelas, prevendo que haja uma implantação que pode passar por empreendimento turístico, por uma zona de área urbana de acessibilidade, esta é a proposta deste executivo, não é para que se faça ao retalho, assim, como nas Pedreiras. Disse ainda o Senhor Presidente que supõe que a Junta de Freguesia propõe para a zona das Pedreiras para que haja uma utilização industrial, o PSD propõe uma área turística, o executivo não propõe nem uma nem outra, porque, ainda não se sabe o que lá está, ou seja, o executivo propõe mais uma vez para que haja ali uma intervenção com base num Plano de Pormenor, que faça a descontaminação daquela área, que equilibre do ponto de vista ambiental, que equilibre na ligação com a auto estrada e que faça com que não se transforme aquela local numa segunda rampa de escoamento de águas, para uma zona já tão castigada da Sandia, logo, com esse Plano de Pormenor de



Handwritten blue ink marks, including a large 'F' and a signature.

Assembleia Municipal de Caminha

acordo com as propostas que surjam, poder-se-á fazer daquela zona, uma zona turística ou industrial, não se pode fechar essas possibilidades sem se saber o que se tem exatamente de solução para aquela área, o executivo sabe que existem dificuldades e as pessoas que tem as suas duvidas, mas, o executivo está para ajudar e para trabalhar essas soluções uma a uma.

Relativamente à intervenção do Senhor Presidente de Junta de Âncora, disse o Senhor Presidente que o Senhor Presidente de Junta tem um processo especificamente difícil na sua Freguesia, porque três anos volvidos que este executivo está na Câmara Municipal, refere o Senhor Presidente da Câmara que está em condições de dizer que a Freguesia de Âncora na sua globalidade, é aquela Freguesia que está em pior situação em termos de gestão urbanística, condução de águas, rede de saneamento, rede de acessibilidades e rede de transportes, está separada do Concelho, atravessada pela estrada, serve de rampa de deslizamento de águas até à sua zona fulcral, até à zona da igreja, Zona da Areia, tem casas com inundações quase permanentes, tem ruas estreitíssimas, e tudo isto transforma a Freguesia de Âncora num desafio, e por isso é que tem que se ter muito cuidado com a Freguesia, logo não se pode deixar para construção toda a zona de Dunas, ou da Gelfa é demasiada valiosa para isso, também não se pode deixar ao azar toda a água que vem da zona de laboradas até à zona do Campo do Ancorense ou até à zona da Areia, sendo esta uma zona castigada fortemente por estas matérias. Disse o Senhor Presidente que este PDM propõe para Âncora um Plano de Pormenor que, em conjunto com os investidores se possam resolver os problemas da população, propõe-se ainda a duplicação do espaço da Área Industrial da Gelfa, prevendo também a duplicação dos postos de trabalho a criar na Zona Industrial, um crescimento que se quer fazer a norte da atual Zona Industrial. Disse ainda o Senhor Presidente que a UOPG que está ligada a zona de Laboradas e que desce até à zona de Areia e que depois vai em direção à zona da Igreja, essa UOPG será a primeira que os serviços técnicos da Câmara vão trabalhar.



Assembleia Municipal de Caminha

Relativamente à intervenção do Senhor Presidente de Junta de Vile, José Luis Lima, disse o Senhor Presidente que compreende as suas preocupações e o Senhor Presidente sabe que não falamos de cátedra quando falamos destas matérias, e também sabe que existem pessoas de Vile com situações difíceis e até algumas delas são pessoas que o conhecem e mesmo até algumas delas tem relações pessoais com ele (Presidente), e todas essas situações, são situações que o executivo quer tratar, não são desconhecidas, mas, também se deve ser justo para aquilo que aconteceu em Vile, e como sabe o Senhor Presidente foram resolvidas muitas coisas em Vile. Disse ainda o Senhor Presidente que Vile tem um potencial de crescimento que está traduzido no PDM em vigor e no PDM novo, quando nem sequer 10% é utilizado, temos aqui um manancial de utilização grande e o numero de população que pode crescer em Vile está também previsto, mas, o executivo resolveu coisas fundamentais em Vile, quando falamos na sobrevivência de empresas com impacto forte, situações que o PDM anterior e o executivo anterior não quis saber, portanto, o Senhor Presidente sabe e não lhe vai pedir ali para que confirme aquilo que ele está a dizer, disse ainda o Senhor Presidente que existem empreendimentos em Vile que finalmente vão ter o seu problema resolvido, porque este PDM resolve muitos problemas, porque o PDM antigo e aqueles que defendem o PDM antigo não o resolviam.

Relativamente à intervenção do Senhor Deputado Rui Taxa, disse o Senhor Presidente que este fez uma intervenção que é igual a si próprio, mas, trata-se daquela intervenção de que no fundo um PDM só é bom se aumentar a área de construção. Logo, para o PSD o PDM ou é o mesmo ou é aquele que ainda cresce mais a área de construção, mas, o problema é que o executivo não fez o PDM sozinho, tive que consultar diversas entidades e fazê-las concordar com as propostas apresentadas, o que nem sempre foi fácil, porque eles olham para o Concelho de Caminha e veem que perdeu habitantes, é nós, executivo queremos que o Concelho cresça para mais 10 mil pessoas. Aliás, não percebe como em 12 anos não fizeram nada, porque, se fosse fácil não tinham estado estes anos todos sem rever o PDM, portanto, o anterior executivo criou expectativas às pessoas que



F. A. E.

Assembleia Municipal de Caminha

sabiam que não iriam durar para sempre, porque já deveria ter sido revisto e em segundo lugar porque essas soluções não existem para sempre. Disse ainda o Senhor Presidente que também existe o excesso de estar sempre a dizer a mesma coisa não sendo verdade, apesar de todos os desmentidos, como por exemplo, dizer que este executivo começou o debate em agosto, exatamente nas costas das pessoas quando elas não estavam a contar, mas, o debate público começou no dia 31 de agosto, dizer ainda que 80% das reclamações não foram atendidas, isso não é verdade, como ali já foi dito, e que existem loteamentos aprovados e que se mudaram os índices, isso não é verdade, se os loteamento estão aprovados e os projetos estão aprovados pela Câmara e estão em vigor, vão ser cumpridos. Isto é que são as legítimas expectativas, voltou a reiterar o Senhor Presidente que a partir de agora, ao contrário do que se passava anteriormente, vai ser possível construir em solos rústico, pelo que, estas questões devem ficar esclarecidas.

Relativamente à intervenção do Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro, disse o Senhor Presidente que ele foi ali levar a posição da CDU que em muitas matérias tem toda a razão e toda a firmeza, logo, é preciso dizer com clareza que este voto que ali se vai assistir do PSD, é o voto das mesmas pessoas e da mesma política que durante estes anos castigou o Concelho de Caminha, fechando oportunidades para o Concelho. Disse o Senhor Presidente que todos estão ali a ouvir as loas sobre este PDM e começou-se a ouvir o PSD e dá a entender que o PDM atual é extraordinário é de crescimento, é de desenvolvimento, mas a verdade é que foi o PSD pela sua incompetência ou pelo seu receio ao não alterar o PDM colocaram o Concelho de Caminha, numa situação muito difícil, porque este PDM há 21 anos, promoveu o Concelho de Caminha, o problema foi de 2001 a 2011, foi a maior descida de população em Caminha, desde o 25 de Abril, o Concelho diminui 2,6% em termos de habitantes, e de 2011 a 2014 que são os últimos números conhecidos pelo INE, diminui mais 2,4%, ou seja, no momento em que o PDM deixou de perder a valia e que o PSD estava no poder, este PDM extraordinário que querem continuar, fez diminuir a população de forma abrupta, como nunca tinha acontecido há muitas décadas atrás, e agora, vem dizer que este executivo



Handwritten signature in blue ink.

Assembleia Municipal de Caminha

ao alterar esta circunstancia, que quer diminuir e acabar com esta situação, isto não é serio, porque foram estas mesmas pessoas que não deixaram alterar este PDM. Disse ainda o Senhor Presidente que existe uma componente forte neste PDM de preservação da paisagem e daquilo que é importante, porque, quando se ouve falar dos empreendimentos e apartamento turísticos e isso é muito importante poder existir mas o investimento no nosso Concelho num empreendimento turístico e um investimento que se faz porque se conta que venham para cá pessoas, para poderem aproveitar as nossas praias, não as praias tomadas por acácias, nem tomadas por edifícios em cima de dunas, que venham ver a nossa paisagem, não uma paisagem rasgada, que venham até aqui para ter qualidade de vida, porque existem boas estradas, escoamento de águas e saneamento, e por isso, o executivo faz uma aposta, mas, uma aposta equilibrada, e essa aposta é feita nos recursos naturais que possuímos, de modo a que por exemplo a área florestal praticamente é semelhante no concelho de Caminha a REN e a RAN de facto sobem, mas sobem de forma tranquila, o que não acontece aqui, é aquilo que aconteceu em outros Concelhos, onde a REN e RAN diminui abruptamente e agora o Ministério Público está a tentar perceber o porquê de isso ter acontecido, nesses Concelhos. Disse ainda o Senhor Presidente que se tentou equilibrar isso com as pessoas, porque existe de facto uma perspetiva de crescimento e através das UOPG abriu-se o desafio ao investimento.

Relativamente à intervenção da Senhora Deputada Júlia Paula Costa, disse o Senhor Presidente que a intervenção da Senhora Deputada a propósito da proposta do PDM, foi “bola”, ou seja, não disse nada, não debateu nada do tema, e o Senhor Presidente compreende que haja esse receio, porque a proposta REN e RAN que está neste documento, foi elaborada pelo executivo liderado pela Dr.^a Júlia Paula Costa, quer queiram quer não, a realidade é esta, está tal e qual, nem uma única virgula foi mudada. E de facto este executivo tinha toda a legitimidade para mudar tudo só que não o fez por uma questão de responsabilidade. Porque o executivo sabia que se fizesse uma nova proposta para a REN, de acordo com a atual legislação, as regras seriam muito mais apertadas e isso seria muito pior para



Assembleia Municipal de Caminha

o Concelho de Caminha. A REN iria crescer muito e iria entrar em muitos empreendimentos, em muitos interesses e em muitas situações que são importantes para o Concelho e para as diversas freguesias. O executivo optou por manter a mesma proposta, porque ela, apesar de tudo permite conseguir o combate a algumas exclusões. Disse ainda o Senhor Presidente que os empreendedores e todas as pessoas que reclamaram que a REN entra nos seus terrenos e a Câmara não deu provimento, e que não viram as suas reclamações serem atendidas, porque a Câmara não o pôde fazer, porque, esta REN foi imposta e não se pode em fase de reclamação dizer que se vai alterar. O que se pode é olhar no futuro para essa situação e, caso haja um empreendimento turístico de valor, poder-se-á atuar, esta situação acontece porque aqueles que muitas vezes andaram estes dias a tentarem enxamear estes ânimos, são os autores das REN's que entram agora nos terrenos de algumas pessoas, como foi o caso daquele município que interveio no período antes da ordem do dia, foi por causa da proposta do PSD no período de intervenção do público e a Câmara não o pôde fazer neste momento da reclamação. Disse ainda o Senhor Presidente que alguns tem a expectativa que ao tentar furar junto daqueles que apoiam o Partido Socialista na Assembleia Municipal e fazer chumbar esta proposta de PDM, isso em democracia é legítimo, mas, aquilo que o Senhor Presidente diz a esses empreendedores, se esta proposta chumbar, a proposta PDM atual não acomoda grande parte das suas ambições, e uma nova proposta PDM será mais lesiva para estes interesses, do que aquela que está ali em discussão. Disse ainda o Senhor Presidente que mesmo neste sonho mirífico que chumbando esta proposta de PDM, comece este executivo em perda junto da população e que daqui a um ano o PSD vai para o poder, o PSD, garantidamente, ou apresenta um PDM exatamente igual a este, ou, apresenta um PDM pior, mais prejudicial, do que aquele que está agora a ser apresentado, não há saída, é factual, tendo em conta as novas regras da REN e da RAN e tudo que tem a ver com índices florestais, portanto, torna-se necessário dizer isto com toda a clareza, e foi por isso que o executivo apresentou esta estratégia que apela ao investimento, a construção de equipamentos turísticos em



Fr
K
L

Assembleia Municipal de Caminha

espaços florestais e em área REN desde que os projetos estejam devidamente justificados, o investimento, porque é gerador de novas oportunidades nas UOPG e através dos Planos de Pormenor que nos vão permitir que todos em conjunto encontrem soluções, para determinados territórios, numa ideia de planificação e de encontro de soluções, porque o PDM duplica área de ocupação Industrial na área empresarial da Gelfa e mantém as outras áreas industriais em todo o Concelho, apostando por isso na criação de emprego, porque na Gelfa não cabe mais nenhuma empresa, mesmo nos lotes que não estão ocupados, estão verdadeiramente ocupados por causa da compra ou da especulação em determinado momento, por isso, é que se torna necessário o executivo encontrar soluções, porque quando se fala de mais fabricas, e refere o Senhor Presidente que se hoje aparecer uma fabrica para dar 300 postos de trabalho, nós não temos um local para colocar essa fabrica, e aqui encontramos essas soluções que o PDM antigo que tanto é desejado pelo PSD não encontra. Disse ainda o Senhor Presidente que este PDM protege as nossas áreas protegidas, salva a costa, salva as dunas, as linhas de água, porque tem que se preservar aquilo que é nosso, e pergunta o Senhor Presidente ao Senhor Presidente de Riba de Âncora se os incêndios não estiveram em casas, a serem comidas pelo fogo, e perguntavam os Bombeiros como era possível se deixar construir numa zona destas, portanto, agora é que é necessário resolver e acautelar essas situações. Disse ainda o Senhor Presidente que este novo PDM aposta no Património mantém área florestal prevista no anterior PDM, apesar dos graves incêndios ocorridos nos últimos anos, que também diminuíram e apresenta um crescimento equilibrado da Rede Ecológica Nacional de 4,5% no contexto de todo o Concelho, e da Rede Agrícola Nacional de 6,4%, fugindo ao facilitismo de fazer tudo em todos os lugares, mas também ao radicalismo que não tem em conta a coexistência dos valores ambientais com desenvolvimento humano. Trata-se também de uma proposta de Património porque, quer evitar e acabar com o que se passa na rua Luís de Camões em Vila Praia de Âncora, onde as pessoas tem a casa inundada de água e os animais morrem ciclicamente no Inverno, porque aqueles que fizeram gestão de



Handwritten signature in blue ink.

Assembleia Municipal de Caminha

território durante todos estes anos nunca encontraram soluções, nem quiseram saber para onde são encanadas as águas, desde que se possa construir em cima, porque tendo em conta com aquilo que se passa na parte alta de Coura e na Rabusca em Seixas, onde as pessoas nem conseguem ter água, e depois torna-se necessário levar a rede de água e saneamento, e quem paga, são os munícipes com os seus impostos. Disse ainda o Senhor Presidente que existem garagens em Vila Praia de Âncora por onde vão as águas pluviais, e até algumas estão a ser carcomidas pelas águas que ali navegam em situações miseráveis, temos a rua do Calçadão em Âncora, temos o exemplo da ligação à Gelfa com aquela Passagem de Nível perigosa, e pergunta o Senhor Presidente como se pode defender que na Zona do Forte do Cão se possa fazer investimento sem planificação, depois de se falar em hotéis e em grandes empreendimentos, quando se tem uma única passagem de nível na Gelfa, onde ficam autocarros pendurados, onde as pessoas depois de uma curva tem que encontrar uma solução, logo, nós temos que arranjar uma forma de planificar de chegar aquele espaço, para que possa ser usufruído em segurança, temos como alguns exemplos os incêndios, alguns empreendimentos turísticos atuais do Concelho de Caminha que vão agora ver resolvidas as suas situações burocráticas, porque, quem antes estava no poder não as quis resolver, está-se a falar de um PDM por exemplo que não se vai bater por poder-se construir num Coto da Pena, é uma nova filosofia, diferente, mas sensata. Disse ainda o Senhor Presidente que esta nova filosofia é também amiga dos recursos municipais, que são as pessoas, porque quando o executivo refere que uma área não tem condições para ser urbana, se não tem saneamento, se não tem água, se não tem luz, se não tem meios de comunicação como o telefone, ou se não tem transportes públicos, o município só pode dizer que essa área passa a ser urbana se nos comprometer-mos(Câmara) a todos os munícipes a levar até lá todas estas infraestruturas, e hoje, já não pode ser de boca, é com garantia no papel se em 10 anos o Município se compromete a fazer essas infraestruturas, e tem que se ter cuidado com o investimento que se propõe para os próximos anos e aquilo que se exige em impostos às pessoas.



fid
E

Assembleia Municipal de Caminha

Para terminar o Senhor Presidente pergunta se existem problemas, e refere que existem problemas porque este tema é difícil, e mesmo até, quando encontra algum colega e lhe perguntam se está a debater o PDM, até lhe chamam de maluco a um ano das eleições, logo, não sabe se é maluco o que sabe é que é alguém que entendeu propor ao concelho de Caminha, que estava na altura de mudar de estratégia e de cumprir a lei. E está-se a cumprir a lei e a alterar a estratégia para o Concelho de Caminha que se afundava, e que se afundava também em termos populacionais, refere também o Senhor Presidente que outros lhe dizem que este não era o momento oportuno para proceder à revisão do PDM, e o Senhor Presidente, responde, que não será, e ainda com toda a tranquilidade refere que prefere perder as eleições, cumprindo a lei e o ser dever para com Caminha com visão de futuro, deixando este legado, do que deixar isto andar, para que cada um se salve, e que os poderosos ainda se salvem mais depressa e depois ganhar as eleições. Reitera ainda o Senhor Presidente que prefere perder as eleições assim, do que perder por não fazer o seu papel ou não respeitar os compromissos assumidos com cada uma das pessoas, logo, é por isso difícil, e por isso apela o Senhor Presidente para que votem em consciência, e não digam depois que a consciência só vale quando votam com ele, não, a consciência vale quando cada um de nós vota com o seu pensamento e com o seu prisma de observação sobre estes problemas. Disse ainda o Senhor Presidente que durante esta semana, assistiu-se como ali foi dito a uma ameaça política sobre os Presidentes de Junta do Concelho de Caminha, mais até se insinuou que os Deputados se deviam revelar de acordo com o seu pensamento e com a sua inteligência, ou com a sua afirmação que tem de acordo com seus princípios políticos e da visão que tem para o Concelho de Caminha, pois, o Senhor Presidente quer ali dizer com toda a franqueza, porque é este o ultimo momento em que intervém neste tema antes de se poder aprovar uma proposta, que é fundamental para o Concelho de Caminha, esta votação que agora se vai fazer, pode ter dois resultados possíveis, ou esta votação aprova este PDM, aprova esta estratégia, ou esta votação rejeita esta estratégia que é apresentada pela Câmara



7 d
A

Assembleia Municipal de Caminha

Municipal, pelo que, sejamos claros Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta e ao público ali presente, refere o Senhor Presidente que se o PDM hoje ali chumba é um tremendo embaraço para esta Câmara Municipal, não o vai fazer desistir este executivo, mas o Presidente da Câmara fica numa situação difícil, porque propõe uma estratégia para o Concelho, e essa estratégia é chumbada pela maioria dos Senhores Deputados e Presidentes de Junta com acento nesta Assembleia a quem cabe decidir, e arriscamos, porque o Partido Socialista não tem maioria nesta Câmara nem com os seus Deputados, nem com os seus Presidentes de Junta, portanto, se o PDM chumbar é um embaraço, mas, são as pessoas a decidir é a democracia, é para isso que serve, mas, se o PDM passa, e se passa com o voto maioritário dos Senhores Presidentes de Junta, isso quer dizer que a democracia funciona mesmo em Caminha, depois de três anos de grande esforço para poder recuperar algo que estava tão magoado por causa da gestão do PSD durante 12 anos, quer dizer que as pessoas votam em consciência, não votam por serem ameaçadas, e quer dizer que o PSD criou uma estratégia de combate à Câmara através deste PDM que nesse caso fracassou de forma rotunda e terão que assumir a maior derrota destes três anos em que se encontram ali como oposição no Município de Caminha.

A **Segunda Secretária, Sónia Lajoso**, leu a proposta aprovada pela Câmara Municipal;

“Proposta n.º 1 – Aprovar submeter à Assembleia Municipal a Proposta de Revisão do Plano Diretor Municipal (PDM);

Findo o período de Discussão Pública da proposta de revisão do PDM, atendendo a que:

1-Foram ponderadas todas as reclamações, observações e sugestões apresentadas durante esse período, de acordo com o numero 3, do artigo 89º, do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, Decreto Lei nº 80/2015, de 14 de maio;



Handwritten signatures in blue ink.

Assembleia Municipal de Caminha

2-Foi dada resposta, por escrito, a todos os interessados, nos termos do numero 4, artigo 89º, do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, Decreto Lei nº 80/2015, de 14 de maio;

3-Foi elaborado o Relatório de Ponderação, que passa a integrar o conteúdo documental da versão final da proposta de revisão do PDM de Caminha;

4-Foram promovidas as alterações à proposta de revisão do PDM levada à Discussão Pública, decorrentes das ponderações favoráveis, não resultando comprometida a estratégia, o modelo territorial e os pressupostos da proposta oportunamente concertada com a Comissão Consultiva (que acompanhou a elaboração da proposta de revisão) e submetida a Discussão Pública;

Assim, divulgados os resultados e elaborada a Proposta Final, de acordo com o numero 6, do artigo 89º, do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, Decreto Lei nº 80/2015, de 14 de maio, consideram-se reunidas as condições para aprovação da proposta de revisão do PDM de Caminha.

Assim, propõe-se que a Camara Municipal delibere submeter a proposta de revisão do PDM à Assembleia Municipal, para aprovação, nos termos do número 1, do artigo 90º, do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, Decreto Lei nº 80/2015, de 14 de maio.”

A Senhora Deputada Júlia Paula, fez uma interpelação à mesa, para prestar um esclarecimento ao Senhor Presidente da Câmara e disse a Senhora Deputada que no período da intervenção do público, o munícipe que ali fez a sua intervenção, interpelou de forma absolutamente direta e pessoal o Senhor Presidente da Câmara, recolocou-lhe oito a nove questões, que lhe foram diretamente dirigidas, logo, nem ela como Deputada poderia responder o quer que fosse, pela interpelação do público, porque as questões não lhe foram dirigidas e o Senhor Presidente da Câmara claramente não quis responder ao munícipe que ali o interpelou e que ali fez a sua intervenção.



71
d
Z

Assembleia Municipal de Caminha

A **Senhor Deputado Rui Lages**, fez uma interpelação à mesa e disse que ainda à pouco tinha sugerido ao Senhor Presidente para que lê-se o art.º 24 n. º2 do Regimento, mas, como a Senhora Deputada Júlia Paula Costa, estava ausente da sala, logo, o Senhor Deputado diz que “não cabe ao Presidente da Câmara responder, mas sim, ao Presidente da Assembleia, aos Senhores Deputados, ou ao Senhores Presidentes de Junta responder, se, tal não for possível será o cidadão esclarecido, posteriormente, por escrito, no prazo de 15 dias”, portanto, o Senhor Presidente de Câmara não tem legitimidade, por este regimento aprovado por unanimidade, para responder a esta questão.

A **Senhora Deputada Júlia Paula**, fez interpelação à mesa, e disse que tendo em conta que em várias e sucessivas Assembleias Municipais, houve intervenções do público, em que o Senhor Presidente deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para poder responder, gostava então de saber a Senhora Deputada com que legitimidade, face a interpelação e à intervenção do Senhor Deputado Rui Lages o fez, uma vez que supostamente não tem legitimidade para responder.

O **Senhor Presidente da Mesa**, disse que o Senhor Presidente da Câmara responde quando entendo que o deve fazer, mas não tem obrigação de o fazer.

A **Senhora Deputada Júlia Paula**, fez interpelação à mesa e disse que compreende o mal estar, mas, a verdade é que isto é um problema de condução de trabalhos, e está previsto no Regimento, segundo aquilo que o Senhor Deputado Rui Lages, onde afirma que é ilegítima a resposta do Senhor Presidente da Câmara, não tem competência para responder, logo, aquilo que a Senhora Deputada questiona e põe em causa, foi a condução dos trabalhos em anteriores Assembleias, em que houve intervenção do público e o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder, pelos vistos de forma ilegítima, portanto, é este o pedido de esclarecimento que faz a Senhora Deputada.



71

2

Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Deputado Rui Lages**, fez interpelação à mesa e diz que se compreende ali muito bem o desespero do Partido Social Democrata, referindo o Senhor Deputado que o Senhor Presidente de Câmara quando chega aquele púlpito diz “eu não tenho legitimidade para responder...mas responderei”, forçosamente está sempre a ir ali referindo que não pode responder, mas é interpelado a fazê-lo, pelo que, espera o Senhor Deputado que esta facto político fique ali terminado e esclarecido nos termos do art.º 24, n.º2 do Regimento.

A **Senhora Deputada Júlia Paula**, fez interpelação à mesa e pergunta ao Senhor Presidente que o facto do Senhor Presidente da Câmara ir ali responder e dizer que vai responder, mas, que não o deve fazer, isso não responde cabalmente ao facto de hoje um membro do público ter colocado ali questões sobre um tema tão importante e o Senhor Presidente da Câmara hoje entendeu que não era necessário responder ao munícipe, logo, volta a questionar a Senhora Deputada sobre a legitimidade ou não.

O **Senhor Presidente da Mesa**, disse que se o Senhor Presidente não quer responder não o faz, ele não é obrigado a isso, solicitando à Senhora Deputada para que se sente, para deixar prosseguir os trabalhos.

A **Senhora Deputada Júlia Paula**, disse que senta, mas que fique registado em ata, que o Senhor Presidente da Câmara não quis responder hoje ali aquele munícipe.

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 20 votos a favor, 14 votos contra e 1 abstenções.



2. *

2

Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, fez a seguinte declaração de voto:

“A CDU – Coligação Democrática Unitária, votou favoravelmente a Proposta de Revisão do Plano Diretor Municipal de Caminha (PDM) na sua representação de Freguesia, optando pela abstenção do quadro da intervenção do eleito municipal porque:

1. A não aprovação do documento apenas contribuiria para incrementar ainda mais o nível de expectativas geradas sobre as populações, perpetuando a interpretação de que o PDM em Caminha não é passível de revisão, contribuindo desta forma para manter as populações e os agentes económicos em absoluta ignorância nas suas opções de investimento;
2. A não aprovação do documento revelaria a identificação da CDU com o movimento contrário à ação coletiva em prol da preservação do meio natural e da sustentabilidade, contrariando processos e planos que estimulem o progressivo aumento da consciência ecológica e de práticas efetivas de sustentabilidade no desenvolvimento económico e social;
3. A não aprovação do documento contrariaria a decisão coletiva estabelecida em sede de representação de freguesia, desrespeitando o funcionamento dos diferentes órgãos e a sua capacidade democrática de decisão;
4. A não aprovação do novo PDM perpetuaria a incapacidade do município em realizar a revisão deste documento, incapacitando a dinamização de ações conducentes a projetos e investimentos de investidores conservadores, os mesmos que se afastam de situações transitórias;
5. A Aprovação do Documento, e do modelo de desenvolvimento nele vertido, não inviabiliza a necessária conquista de estratégias políticas para o concelho capazes de garantir o desejado melhoramento das condições de vida das populações dos vales do Âncora e do Coura-Minho, a par do desenvolvimento económico e social, no respeito pelas condições naturais;



71

2

Assembleia Municipal de Caminha

6. A opção da CDU não deixa de manifestar a preocupação com pequenos investimentos, de ordem familiar, na perspetiva de construção de primeira habitação própria.

7. A opção da CDU sustenta-se no compromisso do Executivo em acelerar a elaboração dos Planos de Pormenor e em fazer uma observação atenta a necessárias correções do PDM nos próximos três anos.

Finalmente, a CDU entende que o PDM não é tudo, tendo deixado essa mensagem ao executivo em setembro, a partir da Assembleia Municipal, e em agosto, em reunião tida na Câmara Municipal. O modelo de desenvolvimento está logicamente vertido neste documento, mas a estratégia política para perseguir a coesão territorial, a criação de condições de vida com elevados padrões de responsabilidade social e ambiental, de dignidade na habitação, na saúde ou na educação, ultrapassam o documento. E isso tem sido algo com o qual se tem comprometido a CDU, dando sempre pistas nas suas intervenções, inteligentemente ignoradas pelo PS e pelo PSD, mas que determinam a não reprovação da Revisão do PDM de Caminha.”

O Senhor Deputado Rui Taxa, fez a seguinte declaração de voto:

“Votamos contra, porque este PDM arruína quem mais precisa, desvaloriza a propriedade e destrói o conceito de poupança das nossas famílias, incluindo todos os emigrantes que amealharam e investiram e agora vêm os seus terrenos desvalorizados;

Votamos contra, porque este PDM limita as aspirações da juventude;

Votamos contra, porque este PDM é contra Caminha:

- Desertifica o interior;
- Não estimula o desenvolvimento socioeconómico de Caminha;
- Desvaloriza a área rústica e urbanizável;
- Não estimula a viabilização imediata de áreas industriais;
- É um convite para deixarmos de viver em Caminha;

Votamos contra, porque este PDM é irresponsável, fundamentalista e irrealista.”



Assembleia Municipal de Caminha

A **Senhora Deputada Júlia Paula**, fez a seguinte declaração de voto, e disse que vota contra este PDM:

Porque este seu PDM desvaloriza o território do Concelho de Caminha, em relação aos outros Concelhos vizinhos;

Vota contra este PDM, porque, empobrece a nossa população, e prejudica efetivamente as pessoas e o seu património;

Vota contra este seu PDM; porque, ao contrario do que aconteceu em todos os outros Municípios, o seu PDM é único que reduz a área de construção;

Vota contra este PDM; porque, não conseguiu explicar porque é que é bom que um terreno que valia 40 mil euros agora valha 400 euros;

Vota contra este PDM; porque, foi aceite e imposta uma carta da REN, a sua carta da REN, que o anterior executivo não aceitou e com isso, para além de condicionar o atual PDM, transforma o Concelho de Caminha numa grande reserva ecológica, florestal e agrícola aonde nada se pode fazer;

Vota contra este PDM; porque, fomenta o desinvestimento ao não criar Zonas Industriais que possam de imediato criar atratividade, emprego e fixação de população no interior, reduzindo-as a Planos de Pormenor com cerca de 10 anos;

Vota contra este PDM; porque, ao contrario do que afirma ele não promove o turismo, afasta os investidores e mata completamente um setor económico o da construção que tem sido fundamental para o desenvolvimento económico do Concelho de Caminha;

Vota contra este PDM; porque a moral da história deste PDM é que o Senhor e o Senhor Vereador querem, mas, não é o que Caminha merece;

Finalmente vota contra este PDM, porque transforma esta aprovação numa vitória político partidária, mas, quem perde e sai derrotado é Concelho de Caminha, sobretudo porque é votado por este PDM um território de terceira e por pura teimosia, arrogância, fundamentalismo, mas sobretudo por falta de ambição e visão estratégica para o Concelho de Caminha, votam Caminha completamente ao

7
✱
2



Assembleia Municipal de Caminha

desprezo e ao abandono para os próximos anos, penhorando o nosso futuro e o futuro das gerações vindouras;

Finalmente vota contra este PDM, porque, se pode ser revisto daqui a três anos, se reconhecem já que contem erros absolutamente crassos, não faz sentido votar esta proposta que claramente não colhe unanimidade, não foi discutida convenientemente e amplamente e é uma má proposta para o Concelho de Caminha

O Senhor Deputado Rui Lages, fez a seguinte declaração de voto:

“Votar favoravelmente o Plano Diretor Municipal de Caminha era, antes de mais, um dever, uma obrigação. Mas, era, acima de tudo, o expoente máximo de serviço público.

O PS soube honrar os seus compromissos para com o seu eleitorado e para com o povo do concelho de Caminha.

O Partido Socialista demonstrou ter coragem e firmeza não se deixando levar pelos interesses de uns que, não são o interesse de todos. Este era o momento de as forças políticas demonstrarem que estavam acima de todo e qualquer interesse privado. Nós, socialistas, soubemos estar à altura outros, caíram na tentação.

O voto do PSD foi claro. Foi um voto mesquinho, politicamente cobarde, não sabendo, esta força partidária, mais uma vez, estar à altura do desafio que lhe foi apresentado.

É com grande orgulho que o Partido Socialista fica para a história do concelho, como sendo o único Partido capaz de o projetar para o futuro, com uma visão, com uma estratégia. Foi assim há 21 anos, é assim agora!

Fomos sempre nós, o Partido Socialista, que soubemos relançar o nosso concelho para o caminho do desenvolvimento sustentável, foi assim há 21 anos, é assim agora!

Muitas foram e são as razões que nos levaram a votar favoravelmente, dizendo sim ao desenvolvimento do nosso concelho. Sempre dissemos que queríamos mais, que queríamos melhor. Mas só é possível completar este desígnio se tivermos os



f

2

Assembleia Municipal de Caminha

instrumentos adequados, capazes e aptos a trilhar um caminho visionário, de resto, foi assim há 21 anos é assim agora!

Votar este documento de forma favorável é um dos maiores, senão o maior ato político deste mandato. Nós socialistas dissemos: presente; outros acobardaram-se.

A aprovação do PDM nesta Assembleia é a maior derrota política deste PSD moribundo, alheado da realidade, desinteressado das pessoas e do nosso concelho. Esta é uma derrota estrondosa da tática política do PSD que, dias antes da realização desta Assembleia apelou a todos os presidentes de junta e deputados municipais que chumbassem o PDM.

Felizmente perde o PSD! Mas ganham os cidadãos do concelho de Caminha!

Se aprovar este documento foi criar um tornado, esse tornado será de potenciação de investimento, de desenvolvimento, de esperança para o nosso concelho.

Honra-nos termos aprovado este documento, pois não fomos eleitoralistas, e não nos deixamos levar pelos interesses obscuros que pairam sempre em torno do PDM. Estamos aqui e assumiremos as nossas posições. Defendemos acima de tudo o nosso concelho o seu desenvolvimento e a sua sustentabilidade.

Aprovamos este documento porque projetar o futuro não é só pensar no betão e no alcatrão. Projetar o futuro é pensar o que queremos para o território, é proteger a natureza, é cuidar do meio ambiente. Quem só em betão pensa pouco ou nada sabe de sustentabilidade de um território.

Sr. Presidente,

Hoje fez-se aqui historia 20 votos a favor, 14 votos contra e 1 abstenção, contamos nesta votação com o apoio das Juntas de Freguesia do PSD, o que por si e bem revelador, pensou-se o território, delineou-se a estratégia, só nos falta começar a ver os frutos deste, nosso PDM, o PDM de todos nós, o PDM do Concelho de Caminha.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0

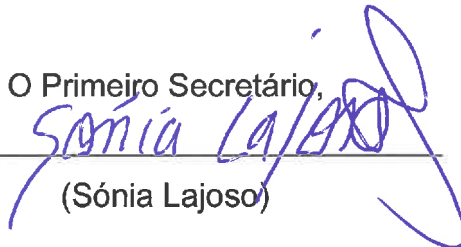


Assembleia Municipal de Caminha

abstenções.

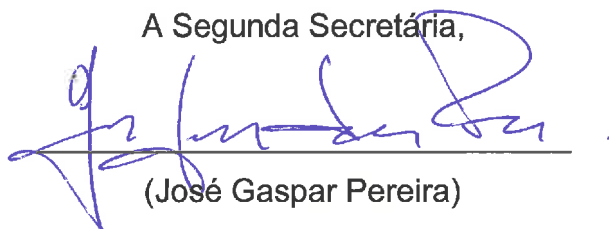
O **PRESIDENTE DA MESA** agradeceu a todos os presentes a colaboração, e declarou encerrada a Sessão, quando eram 00H48M, do dia 07 de janeiro de 2017, da qual, para constar e por estar conforme, se lavrou a presente Ata, que vai ser assinada pelos membros da Mesa.

O Primeiro Secretário,



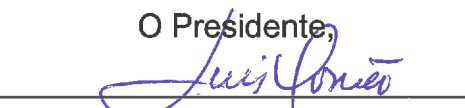
(Sónia Lajoso)

A Segunda Secretária,



(José Gaspar Pereira)

O Presidente,



(Luís Augusto Pestana Mourão)